



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2024.

Edital Pregão de Serviço(Lei14133) SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES Nº 103206210/2024

**EDITAL PREGÃO DE SERVIÇO(LEI14133)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2024	
<b>PROCESSO DE COMPRA:</b>	1191001 - 105/2024
<b>CONTRATANTE:</b>	Secretaria de Estado de Fazenda
<b>OBJETO:</b>	Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de observabilidade como subscrição de licenças, assim como instalação, configuração, treinamento e prestação de serviços especializados.
<b>VALOR ESTIMADO:</b>	Orçamento sigiloso.
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	MENOR PREÇO.
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	ABERTO E FECHADO.
<b>EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS</b>	Licitação com participação ampla (sem reserva de lotes para ME e EPP), conforme disposto no Anexo I, Termo de Referência.
<b>LOCAL:</b> Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - <a href="http://compras.mg.gov.br/">http://compras.mg.gov.br/</a>	
<b>DATA DA ABERTURA DA SESSÃO:</b> 20/12/2024	<b>HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO:</b> 09:30 horas

**SUMÁRIO:**

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES
7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA
8. DA HABILITAÇÃO
9. DOS RECURSOS
10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO
11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
13. DA CONTRATAÇÃO
14. DA SUBCONTRATAÇÃO
15. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO
16. DO PAGAMENTO
17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18. DISPOSIÇÕES GERAIS

**1. PREÂMBULO**

1.1. Torna-se público que o ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda, realizará licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, no modo de disputa aberto e fechado, pelo regime de fornecimento e prestação de serviço associado, em sessão pública, por meio do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), visando à contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de observabilidade como subscrição de licenças, assim como instalação, configuração, treinamento e prestação de serviços especializados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 48.723, de 24 de novembro de 2023, e demais legislações aplicáveis.

1.2. O pregão será realizado pela Pregoeira Lúcia Helena Tamie Anraki - Masp 340.144-5, designada na Portaria SEF/SPGF n.º 02, de 13/11/2024, e Equipe de Apoio constituída pelo servidores: Jean Adam Calixto do Valle - Masp: 755.646-7, José Roberto Miranda - Masp: 669.585-2,

e Otmar Martins Pereira Junior - Masp: 755.472-8.

1.3. Em caso de impossibilidade de comparecimento da Pregoeira indicada no item anterior, atuará como sua substituta a Pregoeira Fernanda Pires Mourão Zanini - Masp 669.979-7, designada por meio da Portaria SEF/SPGF n.º 02, de 13/11/2024.

1.4. A sessão de pregão terá início no 20 de dezembro de 2024, às 09:30 horas. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

## 2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de observabilidade como subscrição de licenças, assim como instalação, configuração, treinamento e prestação de serviços especializados, conforme especificações e condições constantes neste Edital e dos seus anexos.

2.2. Havendo mais de um lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Ressalta-se que ao optar por participar do lote, a proposta deverá contemplar todos os itens que o compõe.

2.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

## 3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Os pedidos de esclarecimentos e os registros de impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no [Portal de Compras do Estado de Minas Gerais](#).

3.2. O pedido de esclarecimentos ou registro de impugnação pode ser feito por qualquer pessoa no Portal de Compras/MG na página da licitação, em campo próprio (acesso via botão "Esclarecimentos/Impugnação").

3.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, e CPF e nome do interessado para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (telefone e e-mail).

3.2.2. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes as solicitações.

3.2.3. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, tipo (esclarecimento ou impugnação), data de envio e sua situação.

3.2.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a situação da solicitação alterar-se-á para "concluída".

3.3. O Pregoeiro responderá no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação, nos termos do art. 14, §2º do Decreto 48.723/2023.

3.5. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

3.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 15 do Decreto 48.723/2023.

3.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas pela autoridade competente.

3.9. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação no presente Edital se dará exclusivamente por meio do [Portal de Compras do Estado de Minas Gerais](#).

4.1.1. As orientações para participação neste Edital são apresentadas no [Manual da licitação pelos critérios de julgamento de menor preço e maior desconto – Decreto 48.723/2023, versão Fornecedor](#).

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e demais licitantes enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto nº 47.437/2018, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no mencionado Decreto 47.437/2018.

4.3. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior:

4.3.1. não se aplica no caso de licitação para contratações de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.2. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.3. nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, deverá ser considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos subitens 4.3.1. e 4.3.2.

4.4. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

4.4.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.4.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

4.4.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

4.4.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5. **Poderão participar** desta licitação os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam regularmente credenciados no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018.

4.5.1. O credenciamento no CAGEF deve ser realizado no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura do PREGÃO, por meio do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) - [Opção Cadastro de Fornecedoros](#).

4.5.2. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante no presente Edital.

4.5.3. O representante receberá uma senha eletrônica de acesso, de caráter pessoal e intransferível, ficando excluída da responsabilidade do provedor ou do órgão/entidade promotor do Edital por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.5.4. É dever do responsável legal conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.5. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do licitante e do seu representante para realização das transações inerentes ao Edital.

4.5.6. O licitante se responsabiliza:

4.5.6.1. pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;

4.5.6.2. pelo acompanhamento das operações no sistema, admitindo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5.7. Informações complementares a respeito do credenciamento podem ser obtidas no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) ou pela Central de Atendimento aos Fornecedoros, via e-mail: [cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br](mailto:cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br), com horário de atendimento de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 16:00h.

4.6. O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123/2006, disciplinados no Decreto Estadual nº 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016, deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.

4.6.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

4.7. **Não poderão participar deste Edital** as empresas que:

4.7.1. Não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.7.2. Enquadrem-se como empresa estrangeira que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.7.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.7.4. Que se enquadrem nas seguintes situações:

4.7.4.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.4.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7.4.2. **Empresa, isoladamente ou em consórcio**, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme legislação vigente;

4.7.4.3.1. O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.7.4.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

4.7.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.7.4.8. Empresas reunidas em consórcios e sociedades cooperativas.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Após a divulgação do edital de licitação, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, informando, obrigatoriamente no sistema:

5.1.1. o valor unitário e o valor total de cada lote.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.3. Nesta etapa não haverá ordem de classificação, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.4. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:

- 5.4.1. ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.
- 5.4.2. incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como prestar o serviço, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.
- 5.7. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias corridos** contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos.
- 5.8. No cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do portal de compras, as seguintes declarações:
- 5.8.1. que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1.988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo a atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.
- 5.8.2. que inexistente impedimento à sua habilitação, e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante;
- 5.8.3. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1.988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- 5.8.4. a ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 5.8.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.
- 5.8.6. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 5.8.7. No caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas) indicado no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, também deverá ser declarado:
- 5.8.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021.
- 5.8.7.2. que caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.
- 5.9. A falsidade das declarações mencionadas no item anterior sujeitará o licitante às sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.
- 5.10. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais **que usufruem do benefício de isenção do ICMS**, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 48.589, de 2023, deverão informar na(s) proposta(s) que será(ão) encaminhada(s) no Portal de Compras, o(s) preço(s) resultante(s) da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 2003 e alterações.
- 5.10.1. As fases de classificação das propostas, etapa de lances, o julgamento dos preços, a adjudicação e a homologação serão realizadas a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.
- 5.10.2. O disposto nos subitens 5.10 e 5.10.1 não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.
- 5.11. As informações da(s) proposta(s) comercial(is) encaminhada(s) pelo sistema podem ser alteradas pelo fornecedor até a data e horário marcados para a abertura da sessão.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.
- 6.2. A identificação do licitante, antes da fase de lances, culminará na desclassificação de sua proposta, tendo em vista o princípio do sigilo das propostas.
- 6.3. Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado no edital, os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#).
- 6.4. O licitante será imediatamente informado do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 6.5.1. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.5.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 3.000,00 (três mil reais).
- 6.6. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 6.7. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.8. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances terá duração de 15 minutos.
- 6.8.1. Encerrado o prazo acima disposto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 6.8.2. Após a etapa prevista no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o licitante poderá optar por não ofertar nenhum lance no sistema, ou optar por ofertar valor ou

percentual melhor, conforme o critério de julgamento.

6.8.4. Na hipótese de haver duas ou menos propostas nas condições de que trata o item 6.8.3, serão convocados, na ordem de classificação, os autores dos três melhores lances subsequentes para oferecer um lance final e fechado nas mesmas circunstâncias.

6.8.5. Encerrado o prazo estabelecido nos itens 6.8.2 e 6.8.4, o sistema ordenará os lances conforme disposto no item 6.6.

6.9. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do licitante.

6.10. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 minutos para a Secretaria de Estado de Fazenda, a sessão pública será suspensa, após a finalização do envio dos lances, e reiniciada somente decorridas 24 horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

#### 6.12. Do empate ficto

6.12.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437/2018.

6.12.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.12.2.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.12.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.12.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.13. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.13.1. Na hipótese de ainda persistir o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.13.2. As regras previstas neste subitem não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.14. As regras de desempate não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

## 7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a fase de lances, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO* CPF OU CNPJ
CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site <a href="http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do">http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do</a> ;	SIM	SIM	NÃO
CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site <a href="https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul">https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul</a>	SIM	SIM	NÃO
Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site <a href="https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome">https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome</a>	NÃO	SIM	NÃO
Certidão de Licitantes Inidôneos TCU, acessível pelo site <a href="https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228:::P3_TIPO:CPF">https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228:::P3_TIPO:CPF</a>	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO
Consulta ao <a href="#">Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)</a> e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site <a href="https://certidoes.cgu.gov.br/">https://certidoes.cgu.gov.br/</a>	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO

Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acessível pelo site <a href="https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form">https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form</a> .	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	SIM
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas . Acesso disponível no site <a href="https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/">https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/</a>	SIM	NÃO	NÃO
Nota: * A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor melhor classificado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.			

7.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

7.3. Verificadas as condições de participação, a Administração examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.3.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá enviar a proposta ajustada ao último lance ofertado ou, quando não ocorrerem lances, contendo o(s) preço(s) inicialmente ofertado(s), e, se necessário, documentos complementares, no prazo de **2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.3.1.1. A prorrogação de que trata o item acima poderá ocorrer nas seguintes situações:

7.3.1.1.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;

7.3.1.1.2. de ofício, a critério do Pregoeiro, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o item 7.3.

7.3.1.2. O fornecedor deverá realizar o upload sua proposta comercial ajustada ao seu último valor ofertado, conforme modelo constante no Anexo II - Proposta Comercial.

7.3.1.2.1. Os arquivos referentes à proposta comercial deverão ser assinados eletronicamente.

7.3.1.2.2. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal de Assinatura Digital disponibilizado pelo Governo de Minas Gerais, de acesso gratuito, disponível em: <http://www.portaldeassinaturas.mg.gov.br>. Dúvidas com relação à utilização do Portal de Assinaturas Digital podem ser encaminhadas para o e-mail [atendimentossei@planejamento.mg.gov.br](mailto:atendimentossei@planejamento.mg.gov.br). A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

7.3.1.2.2.1. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

7.3.1.3. O fornecedor mineiro, não optante pelo Simples Nacional, deverá:

7.3.1.3.1. informar na proposta comercial o preço resultante da dedução do ICMS e o preço com ICMS.

7.3.1.3.2. anexar à sua proposta comercial, a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o responsável pelo procedimento, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

7.4. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. contiver vícios insanáveis;

7.5.2. descumprir as especificações técnicas pormenorizadas contidas neste Edital, no Termo de Referência e anexos;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e/ou

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou do Termo de Referência e anexos, desde que insanáveis.

7.5.6. Considera-se indício de inexequibilidade a proposta que apresentar valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

7.5.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, somente será identificada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.5.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

7.5.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG e de forma pública e transparente. O valor resultante da negociação deverá ser registrado no Portal de Compras MG.

7.6.1. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, nos termos do

item 7.6, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste edital.

7.6.2. Concluída a negociação, o resultado será registrado na ata da sessão pública, que deverá ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.6.3. Estando o preço compatível, o licitante deverá enviar a proposta ajustada ao último valor ofertado na negociação, e, se necessário, os documentos complementares, no prazo de 2 horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema.

7.7. Erros ou falhas no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação.

7.7.1. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.7.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.10. O licitante poderá ser convocado para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 2 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.10.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se os que contenham as características do bem ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. O orçamento estimado para a contratação não será tornado público pelo sistema antes de definido o resultado do julgamento das propostas, nos termos do §2º do Decreto nº 48.723, de 24/11/2023.

7.12. Encerrada a análise quanto ao julgamento e aceitabilidade da proposta, o responsável pelo procedimento realizará a verificação da habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

7.13. **Da apresentação de Prova de Conceito:**

7.13.1. Não haverá apresentação de prova de conceito no presente certame.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A verificação dos documentos será realizada por meio de consulta ao CAGEF, nos documentos por ele abrangidos, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

8.2. O licitante deverá manter atualizadas as comprovações constantes do CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

8.3. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subitem 8.1., ou de documentos não constantes do CAGEF, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema.

8.4. Nas hipóteses de exigência de apresentação de documentos de habilitação após a data de recebimentos das propostas, durante a sessão pública, os documentos deverão ser apresentados quando solicitados pelo Pregoeiro em formato digital no sistema eletrônico, por upload, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, observadas as hipóteses elencadas no item 7.3.1.1 deste Edital.

8.4.1. A não regularização dos documentos constantes do CRC no prazo do subitem anterior implicará a inabilitação do licitante, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5. Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7. Aos beneficiários listados no item 4.4 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

8.7.1. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.7.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “*chat*” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

8.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes cuja análise foi realizada pelo pregoeiro, depois de definido o resultado do seu julgamento.

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na [Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002](#).

8.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas aos saneamentos de que

trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas por meio de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.13. Constatado o pleno atendimento às exigências deste instrumento convocatório, o licitante será habilitado.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

9.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 dias úteis, contados a partir da notificação acerca da conclusão do juízo de admissibilidade relativo às manifestações de intenção de recorrer, realizado pelo Pregoeiro.

9.1.2. O juízo de admissibilidade referido no item 9.1.1. será realizado após a etapa de manifestação de intenção de recorrer de que trata o item 9.1, ao final da etapa de habilitação.

9.1.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.1.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail [spgfdaclicitacao@fazenda.mg.gov.br](mailto:spgfdaclicitacao@fazenda.mg.gov.br), e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observado o prazo previsto no item 9.1.

9.1.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de 3 dias úteis, contados da data final do prazo do recorrente, pelas mesmas formas de apresentação do recurso.

9.1.6. Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.1.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

9.1.8. Na ausência de registro de manifestação de intenção de recorrer pelos licitantes, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

## **10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

10.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório pelos critérios e na forma de que trata o Decreto Estadual nº 48.723/2023 por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

10.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, Lei 14.133/21).

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.5. Caberá recurso no prazo de 3 dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado, no que couber, o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6. Na hipótese da ilegalidade de que trata o item 10.1 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), quadro de avisos e também por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

12.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no Portal de Compras.

12.2.1. A ata ficará disponível no Portal de Compras, bem como será apensada aos autos do processo de contratação.

## **13. DA CONTRATAÇÃO**

13.1. Após a homologação, caso se conclua pela contratação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, que se dará através do sistema do Portal de Compras/MG, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de



2021, e outras penalidades aplicáveis.

13.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.1.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes deste Edital, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

13.1.3. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

13.1.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular no momento de assinar o contrato, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato ou retirada do instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.1.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.1.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

13.1.5.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

13.1.5.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.1.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou da entidade promotora da licitação.

13.1.7. A regra do item 13.1.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 13.1.5.1.

13.1.8. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.1.8.1. O instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

13.1.8.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;

13.1.9. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e concorda com os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma lei.

13.1.10. O prazo de vigência da contratação encontra-se previsto no Anexo I - Termo de Referência.

13.1.11. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.1.11.1. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

13.1.11.2. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá (ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link [www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno](http://www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno), e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

13.1.11.3. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail [atendimentosei@planejamento.mg.gov.br](mailto:atendimentosei@planejamento.mg.gov.br).

13.1.11.4. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

#### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. A subcontratação deverá observar as disposições contidas no Anexo I - Termo de Referência.

#### **15. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO**

15.1. As condições de apresentação da garantia de execução estão descritas no Termo de Referência.

#### **16. DO PAGAMENTO**

16.1. As condições de pagamento estão estabelecidas no Anexo I, Termo de Referência.

#### **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. As sanções administrativas incidentes estão estabelecidas no Anexo I, Termo de Referência.

#### **18. DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

18.2. O procedimento será divulgado no Portal de Compras MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

18.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

18.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Pregoeiro na respectiva notificação.

18.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

18.7. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

18.8. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

- 18.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste certame.
- 18.10. O fornecedor contratado será constantemente avaliado em termos de suas entregas.
- 18.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 18.12. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
- 18.13. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).
- 18.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO DE EDITAL II - AMBIENTE TECNOLÓGICO DA SECRETARIA DA FAZENDA E DIMENSIONAMENTO DAS APLICAÇÕES

ANEXO DE EDITAL III - NÍVEIS DE SERVIÇO DOS OBJETOS DE CONTRATAÇÃO

ANEXO DE EDITAL IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

ANEXO DE EDITAL V - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO DE EDITAL VI - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

**ARILSON LEANDRO FERNANDES CORREA LOPES**

Diretor de Aquisições e Contratos

**BLEND A ROSA PEREIRA COUTO**

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela de Abreu Messeder, Gestor(a) Fazendário(a)**, em 05/12/2024, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 05/12/2024, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Blenda Rosa Pereira Couto, Superintendente**, em 05/12/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **103206210** e o código CRC **99DFF214**.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições**

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2024.

Termo Referência Pregão Serviço(Lei14133) SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES Nº 102540923/2024

**TERMO REFERÊNCIA PREGÃO SERVIÇO(LEI14133)**

**ANEXO I**

<b>DATA</b>	<b>ÓRGÃO SOLICITANTE</b>	<b>NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA</b>
24/09/2024	Secretaria de Estado de Fazenda	1191001

<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO</b>	<b>SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA</b>
Nome: Equipe de Planejamento da Contratação E-mail: stidgvdce@fazenda.mg.gov.br	Superintendência de Tecnologia da Informação/Diretoria de Produtos Tecnológicos - STI/DSM

**Sumário**

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO
7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
9. HABILITAÇÃO
10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
14. TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

## 1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de observabilidade como subscrição de licenças, assim como instalação, configuração, treinamento e prestação de serviços especializados, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO (OU UNIDADE DE MEDIDA)	QUANTIDADE
Único	1	134406	Subscrição de licença de solução APM - Monitoramento de Desempenho de Aplicações (Observabilidade)	Unidade	1
	2	134414	Serviço de instalação, configuração e repasse de conhecimento de solução APM	Unidade	1
	3	6920	Serviço de ministração de curso de treinamento de pessoal.	Unidade	1
	4	136115	Prestação de serviços especializados em TI (sob demanda)	Horas	120

### 1.2. Caracterização do Objeto:

1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

### 1.3. Lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte:

1.3.1. A participação na presente contratação é aberta a todos, sem exclusividade ou reserva de lotes para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados aos benefícios do Decreto nº 47.437, de 2018, e Lei Complementar nº 123, de 2006.

### 1.4. Da Contratação:

1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo os itens 1 e 4 ser prorrogados por até 5 (cinco) anos, conforme §2º do art. 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4.2. O serviço dos itens 01 e 04 são equiparados a continuados, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.4.3. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### 1.5. **Do Reajuste:**

Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no ICTI- Índice de Custo da Tecnologia da Informação, calculado pelo Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados do orçamento estimado, em 27/09/2024 (93247354), conforme disposto nos arts. 92, §§ 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

#### 1.6. **Descrição da Solução:**

##### 1.6.1. **Item 1 - Solução de Observabilidade - Monitoramento de Desempenho de Aplicações (modelo de subscrição):**

###### 1.6.1.1. **Características Gerais da Solução:**

1.6.1.1.1. A solução deverá estar licenciada na modalidade SaaS (*Software as a Service*) para monitorar o desempenho de aplicações em até 166 (cento e sessenta e seis) máquinas (hosts).

1.6.1.1.2. Serão utilizadas 133 (cento e trinta e três) máquinas em 6 (seis) aplicações e um integrador, conforme informações do ambiente e aplicações descritas no Anexo II (SEI 102550208). As demais 33 (trinta e três) máquinas serão utilizadas para tratar do uso e implementação em sistemas e integrações adicionais.

1.6.1.1.3. Quaisquer componentes adicionais que se fizerem necessários para que os produtos fornecidos ofereçam todas as características descritas, bem como para a perfeita instalação e utilização dos mesmos, serão providos pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

1.6.1.1.4. Deverão ser garantidos a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade, o não-repúdio e a autenticidade dos conhecimentos, informações e dados hospedados em ambiente tecnológico sob custódia e gerenciamento da fabricante da solução de monitoramento.

1.6.1.1.5. A solução de monitoramento deverá possuir programa de treinamento e certificação de profissionais.

1.6.1.1.6. Todos os componentes de *software*, licenças e suporte necessários para utilização da solução, considerando requisitos recomendados pelo fabricante para uma adequada monitoração do ambiente, incluindo os bancos de dados para armazenamento das informações, deverão estar incluídos na solução ofertada.

1.6.1.1.7. O produto deverá estar e ser mantido atualizado durante toda a vigência do contrato. A plataforma SaaS deverá possuir processo de atualização automático sem a necessidade de intervenção manual para que as atualizações ocorram.

1.6.1.1.8. No caso de uso de agentes, também deverá existir opção para atualização automática dos agentes sem necessidade de intervenção manual.

1.6.1.1.9. A relação das licenças em uso e disponíveis deverá estar disponível online na ferramenta SaaS ou disponibilizado, tempestivamente, sempre que

solicitado pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

#### 1.6.1.2. **Observabilidade de aplicações:**

1.6.1.2.1. Permitir monitorar 100% das execuções das transações em tempo real, sem se restringir a amostragens, contendo minimamente as seguintes métricas: quantidade de execuções da transação, tempos de resposta e volume de erros, com aprofundamento detalhado do código executado e transações executadas (e.g. java e sql), em qualquer aplicação especificada no Anexo II.

1.6.1.2.2. Classificar e quantificar a execução das transações de acordo com seu tempo de resposta e eventuais erros, de forma que possibilite ao usuário da solução identificar falhas na linha do tempo (exemplo: Tempo de Resposta, Taxa de Falha e Taxa de Transferência - "*throughput*").

1.6.1.2.2.1. A classificação e quantificação deverá ser suportada, no mínimo, em nível de aplicação, de serviços e de *endpoints*.

1.6.1.2.3. Dispor de funcionalidades de correlação de eventos de forma automática, tratar eventos repetitivos recebidos para o mesmo elemento de infraestrutura e correlacionar eventos relacionados entre si, onde um destes eventos é quem dispara o incidente.

1.6.1.2.4. Disponibilizar informações a respeito de problemas que afetam ou afetaram uma aplicação e permitir o detalhamento do problema no ambiente monitorado.

1.6.1.2.4.1. Para os incidentes identificados, a solução deverá apontar aplicação, serviços e componentes de infraestrutura afetados.

1.6.1.2.4.2. Para os incidentes identificados, a solução deverá ajudar a identificar as causas raiz dos incidentes.

1.6.1.2.5. Monitorar recursos de infraestrutura do servidor de aplicação correlacionando os dados coletados com os dados da aplicação monitorada, em mesma escala de tempo.

1.6.1.2.6. Possuir forte integração com a análise de causa raiz. Permitir relacionar imediatamente um problema na experiência do usuário com o componente da aplicação ou da infraestrutura que está causando a degradação (exemplo: comando SQL, chamada de Webservice, ou API).

1.6.1.2.7. Essa correlação deverá ser feita de ponta a ponta, permitir a obtenção de uma visão fim-a-fim, do tempo de execução total e dos parciais para cada componente, com identificação de serviços, endpoints, chamadas e subchamadas.

1.6.1.2.8. Permitir análise do comportamento e da evolução de problemas em tempo real, sem ter que usar mecanismo de gravação e amostragem do comportamento, demonstrar visualmente todos os componentes monitorados e os relacionamentos entre eles. A solução deverá permitir análises representando a linha de tempo em que ocorrem os principais eventos e os serviços impactados ao longo do tempo.

1.6.1.2.9. A solução deverá ser capaz de analisar os logs das aplicações, criar links de compartilhamento ou regras de notificação baseado na ocorrência de palavras ou grupos de palavras existentes nos logs.

1.6.1.2.9.1. Os logs das aplicações deverão ser coletados automaticamente, ter capacidade analítica e de busca irrestrita, apresentar visualização contextualizada da mensagem de log.

1.6.1.2.9.2. Os logs de pods do kubernetes deverão ser ingeridos e contextualizados automaticamente com a aplicação ou serviço, sem necessidade de inclusão manual de marcadores ("*tags*").

- 1.6.1.2.10. Disponibilizar informações a respeito de eventos ocorridos na aplicação, como reinicialização ("*restart*"), mudanças, ou implantação ("*deploy*"). Permitir a identificação de problemas possivelmente relacionados a uma alteração no ambiente.
- 1.6.1.2.11. A solução deverá permitir a configuração de incidentes para identificar os problemas que ocorrem no ambiente, analisar os relacionamentos existentes entre os componentes e apontar os problemas agrupados, em incidentes.
- 1.6.1.2.11.1. A solução deverá manter um histórico dos incidentes ocorridos.
- 1.6.1.2.12. Ser capaz de aprender o comportamento do ambiente e suas respectivas aplicações e ter linha de base ("*baseline*") dinâmica para ajuste de limites ("*threshold*") de métricas.
- 1.6.1.2.12.1. A linha de base deverá ser configurável para detectar desvios de comportamento das aplicações e transações com base em períodos de tempos distintos, por exemplo, últimas 24 horas ou últimos 7 dias.
- 1.6.1.2.13. Identificar serviços, *endpoints*, chamadas, *queries* SQL com baixa performance, lentas ou travadas, sem intervenção manual, com criação automática de eventos.
- 1.6.1.2.14. Apresentar toda a pilha de métodos executados pela aplicação sem a necessidade de configuração manual.
- 1.6.1.2.15. A solução deverá implementar o aprimoramento de reação a incidentes envolvendo serviços, permitir determinar a causa raiz de qualquer problema de desempenho de aplicações, reduzir riscos e gerenciar o ambiente de forma proativa.
- 1.6.1.2.16. Deverá realizar a monitoração nas principais clouds, incluindo Microsoft Azure, Amazon AWS, Google Cloud Platform (GCP), IBM Cloud e Oracle Cloud.
- 1.6.1.2.17. Deverá possuir plataforma que permita gerenciar o ambiente de modo proativo, identificando e solucionando rapidamente indisponibilidades, com detalhamento que facilite inclusive a tomada de decisões não só relacionadas à manutenção corretiva, mas até para melhorias nos serviços.
- 1.6.1.2.18. Caso a ferramenta necessite de instalação de agentes nos servidores, ele deverá descobrir automaticamente, sem necessidade de configuração prévia, todas as tecnologias disponíveis nos mesmos. Além disso, deverá descobrir automaticamente todos os processos, serviços e aplicações e as respectivas dependências entre hosts, processos e serviços.
- 1.6.1.2.19. Especificamente para Kubernetes, os agentes deverão iniciar automaticamente a descoberta das tecnologias presentes nos containers das aplicações, sem esforço de configuração, sem uso de agentes externos apontados para o kubernetes, sem precisar recompilar containers com agentes.
- 1.6.1.2.20. Indicar que novos servidores ainda não estão com monitoração instalada, nos casos em que alguma tecnologia, processo, serviço ou aplicação se comunicar com um novo servidor reportado como não incluído na monitoração, a partir de um servidor contemplado na monitoração.
- 1.6.1.2.21. Apresentar visibilidade completa das aplicações, investigar os diversos estágios das aplicações sem a necessidade de instalação de agentes adicionais que não componham a solução ofertada.
- 1.6.1.2.22. Monitorar as requisições em tempo de execução.
- 1.6.1.2.23. Analisar detalhadamente os códigos-fontes das aplicações com a caracterização ("*profiling*") associada aos recursos computacionais consumidos.

1.6.1.2.24. Apresentar visão completa da transação, analisar desde as ações do usuário no *browser* até as chamadas na aplicação e banco de dados. Permitir a análise de toda a pilha de métodos e classes do código-fonte executado pela transação.

1.6.1.2.25. Capturar dados sobre métodos das aplicações com instrumentação sem exigir alterações de código.

1.6.1.2.26. Correlacionar métricas de aplicação com as métricas de infraestrutura associada a determinada transação e com capacidade de coletar dados em tempo real e exibir métricas com granularidade de até 1 (um) minuto.

1.6.1.2.27. Automatizar o monitoramento, desde o estabelecimento de linhas de base dinâmicas, alertas automáticos e adaptação a variações de ambiente.

1.6.1.2.28. Deverá ser capaz de monitorar fim-a-fim as aplicações desenvolvidas e hospedadas no Data Center da CONTRATANTE e em nuvem nas tecnologias descritas no anexo "A".

### 1.6.1.3. **Monitoramento do servidor de aplicação:**

1.6.1.3.1. Possibilitar a monitoração do servidor, bem como eventos, problemas e erros ocorridos.

1.6.1.3.2. Deverá possuir a capacidade de descobrir a arquitetura de infraestrutura de forma automatizada, em ambientes físicos, virtuais, containers e micro serviços.

1.6.1.3.3. A solução deverá realizar monitoração nos sistemas operacionais Linux (RedHat Linux, Debian, Ubuntu, Oracle Linux) e Windows (Windows Server 2012 ou superior).

1.6.1.3.4. Para servidores físicos e/ou virtuais, apresentar automaticamente, no mínimo, as seguintes métricas de performance:

- CPU (física e virtual em relação ao equipamento);
- CPU (em relação ao sistema operacional);
- CPU (consumo por processo);
- Memória;
- Disco;
- *File System*;
- Paginação;
- Rede;
- Atividade TCP.

1.6.1.3.5. Realizar a verificação automática de performance da rede nos servidores monitorados, coletando e exibindo, no mínimo, as informações de tráfego de entrada e saída, taxa de transmissão e retransmissão, erros e perdas de pacotes e disponibilidade das interfaces de rede dos servidores monitorados.

1.6.1.3.6. Indicar, para as tecnologias descobertas, no mínimo, as informações de uso de CPU, consumo de memória, taxa de transmissão e disponibilidade ao longo do tempo.

1.6.1.3.7. Descobrir automaticamente e dinamicamente a topologia da aplicação alvo, contendo a comunicação entre seus componentes e apresentando um mapa completo da aplicação e suas dependências.

1.6.1.3.7.1. A descoberta deverá ser realizada de forma automática e constante, atualizando dinamicamente sem intervenção manual do



analista/usuário.

1.6.1.3.7.2. A descoberta automática deverá implementar, no mínimo, os seguintes elementos: web services, principais servidores de aplicação (Apache, Tomcat, JBoss, Oracle WebLogic, IBM Websphere), principais bancos de dados (IBM DB2, Oracle DB, Oracle RAC, Mongo DB, Microsoft SQL Server, Postgre SQL), principais serviços de mensageria (MQ, JMS, Kafka, RabbitMQ), máquinas virtuais, chamada a serviço externo de terceiros ou servidor remoto.

1.6.1.3.7.3. Para Java, a instrumentação deverá ser automática e capaz de inicializar a monitoração das aplicações sem necessitar reicializar as JVMs, ressalvados os casos de exceção, em que a JVM apresente problemas que impactem a obtenção de dados pelo agente e pode ser necessário reinicializá-la.

1.6.1.3.8. A descoberta automática deverá permitir o correlacionamento automático das informações de componentes de plataformas distintas com rastreabilidade (como correlacionar as informações coletadas de uma aplicação de front-end PHP, React consumindo um web service Java, e como correlacionar com uso de Kafka).

1.6.1.3.9. A solução deverá indicar os componentes de tecnologia descobertos por categoria, indicando inclusive quando estiverem afetados por um problema em tempo real.

1.6.1.3.9.1. Para os componentes de tecnologia descobertos, deverá ser monitorado o volume de chamadas/requisições e seus tempos de resposta.

1.6.1.3.10. A monitoração das aplicações deverá ser iniciada de forma automática, junto com a inicialização do respectivo servidor monitorado.

1.6.1.3.11. Acompanhar a performance do ambiente e verificar a utilização de CPU por processo. Deverá ser possível identificar os que mais consomem CPU, relacionar com problemas no ambiente e identificar o tempo de processamento de cada método do processo.

1.6.1.3.12. Verificar a performance dos serviços e métodos, indicando os tempos de resposta, utilização de CPU, requisições por período de tempo, taxas e quantidade de falhas e as possíveis mensagens de erros.

1.6.1.3.12.1. A solução deverá, para cada serviço, indicar as aplicações que consomem o serviço específico, bem como os bancos de dados e os respectivos comandos SQL acessados pelo serviço analisado.

1.6.1.3.12.2. A solução deverá, para cada serviço, indicar, de forma gráfica, fluxo das requisições que chamam e que são chamadas pelo serviço em análise.

1.6.1.3.12.3. A solução deverá, para cada serviço, indicar gráfico da distribuição dos tempos de respostas das chamadas, permitindo identificar as frequências de respostas mais ocorridas no tempo analisado.

1.6.1.3.13. Realizar a verificação da performance e disponibilidade dos principais serviços de terceiros acessados na Internet e deverá permitir a inclusão de novos.

1.6.1.3.14. A solução deverá implementar a criação de testes para validação de endpoints, realizar a checagem de disponibilidade de websites, APIs, erros HTTP e de interação de usuários na aplicação web.

1.6.1.3.14.1. Esses testes deverão poder ser disparados a partir de agentes instalados em diferentes localidades.

#### 1.6.1.4. **Apresentação gráfica do monitoramento:**

- 1.6.1.4.1. Deverá possuir interface, de operação e administração, exclusivamente WEB, com compatibilidade com, no mínimo, 02 (dois) dos seguintes navegadores: Edge versão 126.0.2592.87 ou superior, Mozilla Firefox versão 128.0 ou superior ou Google Chrome versão 126.0.6478.127 ou superior.
- 1.6.1.4.2. Deverá possuir exibição gráfica, ser de forma inteligente e proativa, com painéis (dashboards) fáceis de serem criados e customizados.
- 1.6.1.4.3. Não serão aceitas soluções terceirizadas para a criação de painéis (*dashboards*).
- 1.6.1.4.4. Correlacionar, automaticamente e de forma gráfica, todos os componentes descobertos. Permitindo filtros em qualquer tipo de componente identificado, de forma que a solução exiba todos os componentes que se relacionam ou estão relacionados com o componente filtrado.
- 1.6.1.4.5. Apresentar visão gráfica (mapas ou representação gráfica equivalente) do ambiente ou aplicação monitorada, contendo no mínimo:
- 1.6.1.4.5.1. Visão gráfica pré-definida para as principais métricas e análises disponibilizadas pela solução.
  - 1.6.1.4.5.2. Visão gráfica contendo a estrutura de todas as tecnologias existentes no ambiente, permitindo identificar, além das tecnologias, o tipo e a quantidade de componentes da tecnologia.
  - 1.6.1.4.5.3. Visão gráfica da análise da performance da aplicação identificando os serviços e infraestrutura utilizada pela aplicação.
  - 1.6.1.4.5.4. Visão gráfica dos acessos de origem das transações, como navegador e visão geográfica dos acessos.
  - 1.6.1.4.5.5. Visão gráfica apresentando as informações da aplicação em períodos históricos e permitindo filtros na escala e período de tempo (por exemplo: tempo real; ontem; últimos 2 dias; últimos 7 dias; ou qualquer período desejado).
  - 1.6.1.4.5.6. Visão gráfica apresentando o volume de execuções e tempos médios de resposta entre todos os componentes da aplicação de acordo com a escala e período de tempo selecionado.
  - 1.6.1.4.5.7. Visão gráfica de eventuais desvios no comportamento da aplicação.
- 1.6.1.4.6. Possibilitar a criação de dashboards (painéis), customizados pelo usuário/analista, fazendo uso das métricas coletadas e correlacionando-as ao comportamento da aplicação.
- 1.6.1.4.7. Permitir a criação de mais de um dashboard com componentes e visões diferentes, permitindo o compartilhamento de cada um deles. Nestes dashboards deverá ser possível incluir informações relacionadas a aplicações, infraestrutura, transações, gráficos.
- 1.6.1.4.7.1. A customização de dashboards deverá ser simplificada, sem demandar a alocação de técnicos especializados para desenvolvimento de código ou uso de API's.
- 1.6.1.4.8. Possuir mecanismos de visualização de dados históricos sem a necessidade de leitura de arquivos externos à solução.
- 1.6.1.4.9. Possuir retenção de dados de pelo menos 1 ano para ao menos um subconjunto representativo das métricas de monitoração e de traces das aplicações, para os elementos de infraestrutura e para os eventos identificados na monitoração.
- 1.6.1.4.10. A solução deverá fornecer recurso para a exportação das informações coletadas de forma on-line através de API definida e documentada em

formato JSON.

1.6.1.4.11. Deverá apresentar visão gráfica da topologia da aplicação com suas dependências.

1.6.1.4.12. Deverá permitir que se crie um zoneamento adequado para melhor organização e representação visual dos servidores na infraestrutura e dos elementos monitorados em cada servidor.

#### 1.6.1.5. **Monitoramento da experiência dos usuários:**

1.6.1.5.1. O *software* deverá ser capaz de monitorar a experiência do usuário final, coletando informações a respeito das ações do usuário no *browser*.

1.6.1.5.2. Deverá possuir funcionalidade de monitoramento que permitirá conhecer e avaliar a experiência do usuário final, com métricas que apontarão, inclusive, o tempo de navegação e até a dificuldade ou indisponibilidade do acesso e, principalmente, diagnósticos precisos que afastarão a possibilidade de reincidência e erros que causam indisponibilidade e inoperância de serviços.

1.6.1.5.3. Realizar a verificação da performance das ações dos usuários exibindo, no mínimo, na linha do tempo, a quantidade de ações, a duração das ações, situação das ações (exemplo: sucesso, erro) e o tempo de execução das ações.

1.6.1.5.4. Para cada ação de usuário nas aplicações, apresentar ao menos as seguintes informações: falhas e erros de JavaScript ocorridos, origem geográfica das ações, navegador de origem, duração média da ação, quantidade e tempo das ações, distribuição da quantidade de ações por duração e chamadas a serviços.

1.6.1.5.5. Disponibilizar informações a respeito das principais ações de usuário nos serviços, indicando carregamento das páginas, ações do usuário no *browser* e rastreabilidade para os serviços de *backend*, exibindo informações a respeito do tempo de contribuição das ações, considerando ao menos, tempo de rede e tempo de servidor.

1.6.1.5.6. Disponibilizar informações a respeito das falhas e erros de JavaScript ocorrido nas aplicações.

1.6.1.5.6.1. Para os erros de JavaScript identificados nas páginas, apresentar ao menos as seguintes informações: quais e quantos erros estão ocorrendo, qual número de usuários afetados, quais navegadores, sistemas operacionais e páginas onde os erros ocorrem.

1.6.1.5.7. Descobrir automaticamente transações (ações resultantes da interação com usuários ou sistemas) em tempo real sem a utilização de amostragem ("sampling") para coleta das transações.

1.6.1.5.8. Verificar se uma transação ou requisição WEB (exemplo: HTTP ou HTTPS) foi atendida do ponto de vista do usuário final, identificando a satisfação do usuário segundo a métrica APDEX ([www.apdex.org](http://www.apdex.org)) ou método próprio, que informe a satisfação do usuário na utilização da aplicação.

1.6.1.5.9. Descobrir o fluxo de cada serviço de ponta a ponta, com suporte para transações síncrona, assíncrona e com múltiplas *threads*.

#### 1.6.1.6. **Controle de acessos à ferramenta SaaS:**

1.6.1.6.1. Permitir integração com Microsoft AD Active Directory via LDAP, suporte para Autenticação Padrão, dois fatores de autenticação, ou SAML (Security Assertion Markup Language) para controle de acesso, permitindo criar e modificar grupos de perfis de acesso, permitindo logins restritos e disponibilizando informações de acordo com o perfil de usuário.

#### 1.6.1.7. **Alertas de monitoramento:**

1.6.1.7.1. Dispor de sistema de alertas para notificação eficaz de problemas em tempo real.

1.6.1.7.1.1. Os alertas deverão ser identificados de maneira direta e clara, com desejável painel exclusivo para visualização de alertas.

1.6.1.7.2. Definir alertas inteligentes com os critérios para definição de problemas e incidentes, considerando o histórico e comportamento do ambiente.

1.6.1.7.3. Possuir a capacidade de criação de alertas com base em métricas estáticas e dinâmicas, com valores fixos ou adaptativos resultantes do baseline gerado da solução.

1.6.1.7.4. Ter eventos pré-configurados para ao menos as seguintes métricas: CPU, memória, disco, rede, tempos de resposta da aplicação, taxas de falha e erros, ações de usuários.

1.6.1.7.5. Deverá executar ações resultantes da deflagração de um alerta, suportando, no mínimo:

1.6.1.7.5.1. Envio de e-mail, integração com aplicativos de mensagens instantâneas e mensagens entre aplicações.

1.6.1.7.5.2. Permitir integração nativa com soluções externas de notificação/colaboração ou via *webhook* para encaminhamento de abertura e fechamento alertas/incidentes.

1.6.1.7.6. Permitir a criação de alertas baseados em regras preestabelecidas, sem ter a necessidade de configuração de métricas individualmente. Assim, um alerta configurado para transações de uma aplicação será automaticamente aplicado para uma nova transação descoberta pela solução, para a mesma aplicação. Da mesma forma, um alerta configurado globalmente ou por meio de templates será automaticamente aplicado para diferentes aplicações.

1.6.1.7.7. A solução não deverá gerar diversos alertas para o mesmo problema. Caso ocorra um problema que afete vários serviços e aplicações, a solução deverá ter a capacidade e a inteligência para identificar que se trata de um mesmo problema e reportar de forma correlacionada um único problema, que afeta vários componentes tecnológicos, com uma ou mais causa raiz.

1.6.1.7.8. Deverá executar ações resultantes da deflagração de um alerta, suportando, no mínimo:

- envio de e-mail;
- integração com o aplicativo de mensagens instantâneas Microsoft Teams;
- integração com a central de incidentes, CA Service Desk, via API / *webhook*, para encaminhamento de abertura e fechamento de alertas ou incidentes.

#### 1.6.1.8. **Observabilidade de banco de dados:**

1.6.1.8.1. A solução deverá ser capaz de realizar a verificação da performance de todas as chamadas ao banco de dados feita pelas aplicações.

1.6.1.8.2. Implementar monitoramento de banco de dados Oracle 19c.

1.6.1.8.3. Exibir, para as conexões com os bancos de dados, a taxa de falhas, tempo de resposta médio e quantidade de requisições por período de tempo.

1.6.1.8.4. Exibir as consultas aos bancos de dados de forma contextualizada na aplicação.

1.6.1.8.4.1. Para cada comando SQL, apresentar a quantidade de execuções e o tempo de resposta médio.

1.6.1.8.4.2. Para os comandos de banco de dados, indicar os tipos de comandos mais executados (exemplo: alteração, consulta), indicando a quantidade na unidade de tempo, o tempo médio de resposta e o detalhe dos comandos.

1.6.1.8.4.3. A partir de um comando de banco de dados, permitir rastrear a aplicação e serviços que o executou.

#### 1.6.1.9. **Características do suporte técnico do fabricante:**

1.6.1.9.1. A garantia e suporte técnico da solução pelo fabricante, além de promover implementação do serviço e manter a ferramenta atualizada, será responsável pela realização de eventuais ajustes, sob supervisão do fabricante da ferramenta, em situações específicas tanto para melhoria do desempenho de determinados pontos da ferramenta ou corrigir falhas identificadas durante a execução do contrato.

1.6.1.9.2. Aquisição de suporte técnico, com direito de atualização de versão (*Subscription Support*), das licenças de todos os *softwares* para a configuração ofertada durante a vigência do contrato.

1.6.1.9.3. A garantia e suporte técnico da solução pelo fabricante, além de promover implementação do serviço e manter a ferramenta atualizada, será responsável pela realização de eventuais ajustes, sob supervisão do fabricante da ferramenta, em situações específicas tanto para melhoria do desempenho de determinados pontos da ferramenta ou corrigir falhas identificadas durante a execução do contrato.

1.6.1.9.4. Todos os *softwares* da solução deverão possuir serviço de suporte online, em modalidade 24x7x365 (vinte e quatro horas ao dia, sete dias por semana, trezentos e sessenta e cinco dias por ano), durante toda a vigência do contrato.

#### 1.6.2. **Item 2 - Serviços de instalação e configuração:**

1.6.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar os requisitos de *hardware* necessários para instalação e configuração da solução contratada.

1.6.2.2. Deverão ser incluídos os serviços de instalação da solução de observabilidade e sua respectiva licença.

1.6.2.3. Deverão ser fornecidos todos os recursos necessários para a instalação, configuração, operação, monitoração e gestão, compreendendo *software(s)* e demais recursos para a plena utilização da solução com todas as funcionalidades e conexões solicitadas, conforme as normas técnicas de fabricação e especificações do fabricante.

1.6.2.4. O serviço de instalação e configuração da solução ficará a cargo da empresa CONTRATADA e deverá proceder concomitantemente com a passagem de conhecimento.

1.6.2.5. O serviço de instalação deverá ser planejado e executado por equipe com profissional certificado, com curso superior na área de Tecnologia da informação e experiência mínima de 3 (três) anos de serviços prestados na solução contratada.

1.6.2.6. Serão configurados os servidores para os ambientes, aplicações e máquinas definidas **no Anexo II** (SEI 102550208).

1.6.2.7. O cronograma deverá ser dividido em 4 (quatro) etapas:

1.6.2.7.1. Etapa 1 (planejamento): levantamento de requisitos da instalação e configuração, definição conjunta do cronograma e planejamento.

1.6.2.7.2. Etapa 2 (execução): execução das instalações e configurações dos sistemas, agentes e integrações.

1.6.2.7.3. Etapa 3 (pós-implantação): acompanhamento de pós-implantação da

solução, correção de eventuais problemas encontrados na instalação e coleta de dados de monitoramento.

1.6.2.7.4. Etapa 4 (conclusão): relatório de resultados do monitoramento, documentação da instalação e homologação final de conclusão do serviço e atendimento dos requisitos.

1.6.2.8. A CONTRATADA deverá configurar:

- todos os componentes necessários para monitoramento das aplicações elencadas;
- integração da ferramenta SaaS de monitoramento com o AD;
- painéis de monitoramento;
- alertas para as aplicações;
- integração de alertas com a ferramenta de chamados.

1.6.2.9. A etapa de instalação deverá ser aprovada por gestor do contrato.

1.6.2.10. Após a aprovação da instalação e configuração do monitoramento para todas aplicações pertencentes ao objeto de instalação, a equipe da CONTRATADA que participou do processo de instalação deverá estar disponível para um acompanhamento de pós-instalação, com duração de 1 (um) mês.

1.6.2.10.1. No pós-instalação haverá no mínimo uma reunião remota por semana para avaliação do funcionamento da solução de monitoramento e possíveis ajustes ou correção de problemas.

1.6.2.10.2. Nesse período, a CONTRATADA deverá corrigir quaisquer erros ou problemas de instalação e configuração que não foram notados com o término da instalação.

1.6.2.10.3. Ao final dos pós-implantação deverá ser entregue a documentação da implementação da solução no ambiente, onde deverá constar:

- A topologia da ferramenta;
- Todos os usuários e níveis de acessos;
- Lista de painéis de monitoramento criados;
- Lista de alertas criados;
- Lista de indicadores criados;
- Lista com a quantidade e local de instalação dos componentes (agentes) da solução;
- Relatório final com os principais erros e melhorias necessárias encontradas pela ferramenta: erros, indicadores de performance das aplicações, páginas com maiores atrasos e indicador de satisfação dos usuários.

1.6.2.11. A CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características e funcionamento da solução.

1.6.2.12. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços descritos remotamente em horários a serem definidos pela CONTRATANTE.

1.6.2.13. Todas reuniões remotas com a equipe de instalação e configuração poderão ser gravadas, como parte da passagem de conhecimento, sempre que a CONTRATANTE considerar oportuno.

1.6.3. **Item 3 - Treinamento:**

1.6.3.1. O treinamento deverá ser ofertado com conteúdos específicos abrangendo dois perfis de profissionais:

1.6.3.1.1. Perfil 1, administrador e operações de infraestrutura. Deverá abranger os aspectos administrativos, gerenciamento, suporte, parametrização, entre outros. Exemplo de tópicos: administração, gestão de usuários, instalação de agentes, análise e rastreamento de problemas de infraestrutura, automação de soluções de problemas, configuração de integrações, de alertas e de indicadores, monitoramento do servidor de aplicação, monitoramento de banco de dados, monitoramento de containers.

1.6.3.1.2. Perfil 2, desenvolvedor, arquiteto de *software* e analista de negócio. Deverá abranger os aspectos operacionais, utilização prática das funcionalidades da ferramenta. Exemplo de tópicos: monitoramento da aplicação, análise de problemas causa-raiz, análise de queries, performance de código, dependências de aplicações, monitoramento de experiência do usuário.

1.6.3.2. A CONTRATADA deverá capacitar, nos ambientes operacionais e na operação dos componentes da solução, até 12 (doze) técnicos da CONTRATANTE com conteúdo do Perfil 1 e deverá capacitar até 24 (vinte e quatro) técnicos da CONTRATANTE com o conteúdo do Perfil 2, com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas para cada conteúdo do treinamento para cada perfil.

1.6.3.3. O treinamento deverá ter caráter teórico-prático, ou seja, contemplar a efetiva instalação, configuração e operação da solução de observabilidade.

1.6.3.4. A abordagem do treinamento deverá utilizar exemplos, tarefas práticas do dia-a-dia, bem como o próprio processo de instalação e configuração para ilustrar os conceitos e capacitar os participantes a empregar os recursos oferecidos.

1.6.3.5. A capacitação deverá cobrir os conhecimentos necessários para instalação, administração, configuração, otimização e troubleshooting da solução de observabilidade. Os conceitos apresentados na capacitação deverão estar baseados no conteúdo do programa de certificação oficial.

1.6.3.6. Os instrutores deverão ser certificados, possuir experiência na solução fornecida, capacitados para o treinamento e designados ou autorizados pelo próprio fabricante.

1.6.3.7. Deverão ser fornecidos os materiais aos participantes da capacitação, em papel impresso ou mídia digital, no idioma português, preferencialmente, ou inglês.

1.6.3.8. O treinamento deverá ser realizado após conclusão das etapas de instalação e configuração.

1.6.3.9. O início desta atividade, bem como o período e horário de realização, será definido pela CONTRATANTE em comum acordo com a CONTRATADA.

1.6.3.10. A CONTRATADA deverá emitir certificado de conclusão no final do treinamento para cada membro da equipe da CONTRATANTE que frequentar 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas do treinamento.

1.6.3.10.1. No certificado deverá constar o nome completo do participante, o período de realização do curso, carga horária e descrição da ementa do curso.

1.6.3.11. Todos os custos relativos ao treinamento serão de responsabilidade da CONTRATADA.

1.6.3.12. A capacitação deverá ser realizada em dias úteis, remotamente, em horário comercial entre 09h00 e 17h00 de segunda-feira a sexta-feira e as apresentações serão gravadas e disponibilizadas para a CONTRATANTE.

1.6.3.13. É responsabilidade da CONTRATANTE zelar pelo comparecimento e assiduidade dos treinandos à capacitação aplicada.

1.6.3.14. A qualidade do treinamento será avaliada pelos participantes ao final de sua realização e, caso sua qualidade seja considerada insuficiente, a CONTRATADA deverá reformular sua metodologia e providenciar realização de novo treinamento, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, até o alcance dos objetivos esperados.

1.6.3.15. A CONTRATADA deverá apresentar certidão de capacidade técnica e documento comprobatório de parceria com o fabricante do produto e autorização para ministrar o treinamento.

**1.6.4. Item 4 - Prestação de serviços especializados de 120 horas (sob demanda):**

1.6.4.1. As horas de prestação de serviços requisitadas pelo CONTRATANTE deverão ser executadas pela CONTRATADA por meio de profissionais certificados pela fabricante e com curso superior completo na área de Tecnologia da Informação.

1.6.4.2. As horas têm por finalidade o desenvolvimento de projetos adicionais para implementação de novas funcionalidades, apoio na resolução de incidentes, melhorias no software de integração e análise do ambiente e configurações.

1.6.4.3. Caberá ao CONTRATANTE a gestão, controle e fiscalização das horas técnicas a serem executadas, e à CONTRATADA a execução operacional com sua equipe.

1.6.4.4. As horas técnicas não se confundem com os serviços especificados nos itens 1, 2 e 3 (subscrição, instalação e treinamento) ou com o suporte técnico incluído na subscrição.

1.6.4.5. As horas técnicas deverão ser prestadas preferencialmente na modalidade remota.

1.6.4.6. A CONTRATADA deverá executar as horas técnicas por meio de profissional devidamente qualificado na tecnologia do serviço executado.

1.6.4.7. A CONTRATADA deverá realizar análise de problemas e incidentes, a fim de garantir uma resolução rápida e eficaz para manter a operação da CONTRATANTE sem interrupções.

1.6.4.8. A CONTRATADA deverá realizar reuniões periódicas para avaliar o ambiente monitorado, discutir problemas identificados e planejar atividades futuras.

1.6.4.9. A CONTRATADA deverá fornecer sugestões de melhorias e otimizações com base na análise dos relatórios de saúde da infraestrutura e das aplicações.

1.6.4.10. A CONTRATADA deverá apresentar e configurar novas funcionalidades que possam trazer benefícios para a operação da CONTRATANTE.

1.6.4.11. A gestão das horas técnicas deverá ser realizada por servidor designado para o projeto, com apoio do gestor do contrato da CONTRATANTE.

1.6.4.12. A solicitação do serviço técnico especializado será realizada por meio de ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE.

1.6.4.13. A CONTRATANTE deverá elaborar a ordem de serviço e encaminhar para a CONTRATADA para fins de orçamentos e quantificação dos recursos necessários ao projeto.

1.6.4.14. A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento da ordem de serviço no prazo máximo de 01 dia útil contado da comunicação pela CONTRATANTE.

1.6.4.15. A CONTRATADA deverá analisar a ordem de serviço e elaborar o plano de trabalho com cronograma de execução em relação às demandas a serem atendidas com a solicitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da comunicação do CONTRATANTE.

1.6.4.16. A CONTRATANTE deverá aprovar o plano de trabalho e a execução da ordem de serviço no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



1.6.4.17. A CONTRATADA deverá:

- Executar a ordem de serviço de acordo com a quantidade de horas técnicas e o valor definidos no aceite da ordem de serviço e;
- Executar a ordem de serviço de acordo com o plano de trabalho e cronograma de execução aprovado.

1.6.4.18. Em caso do descumprimento de prazos, a CONTRATADA está sujeita a sanções.

1.6.4.19. Em caso de irregularidade na execução da demanda, a CONTRATADA deverá solucionar todas as irregularidades apontadas em prazo ficado pela CONTRATANTE.

1.6.4.20. A CONTRATADA deverá elaborar o relatório mensal de ordens de serviço para acompanhamento da execução da demanda.

1.6.4.21. Não havendo irregularidades na execução da demanda, a CONTRATANTE deverá homologar o relatório final da ordem de serviço encaminhado pela CONTRATADA.

1.6.4.22. O faturamento somente será realizado mediante o encaminhamento do relatório final de ordem de serviço pela CONTRATADA e homologação do relatório final de ordem de serviço pela CONTRATANTE.

1.6.4.23. Visando garantir a efetividade do atendimento, relativo à prestação de serviços, a empresa deverá manter atualizados os meios de comunicação com a Central de Atendimento própria.

1.6.4.24. Em todas as atividades de prestação de serviços, os técnicos da empresa deverão empregar língua portuguesa, exceto no uso de termos técnicos, os quais serão em língua inglesa.

1.6.4.25. Quaisquer atualizações das documentações elaboradas em configurações, testes em produção e ajustes no ambiente da CONTRATANTE deverão ser fornecidas durante o período do contrato, sempre que solicitadas.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

A necessidade de garantir a eficiência, segurança e disponibilidade dos sistemas de TI nunca foi tão crítica. A complexidade crescente das arquiteturas de TI, impulsionada por tecnologias como microsserviços, contêineres e ambientes multi-nuvem, torna cada vez mais desafiadora a tarefa de monitorar e gerenciar a infraestrutura e as aplicações. Nesse contexto, a adoção de uma solução de observabilidade se torna essencial para alcançar visibilidade abrangente, detectar problemas proativamente e otimizar o desempenho dos sistemas.

Esta SEF-MG possui sistemas críticos que são utilizados por contribuintes e de grande impacto na população do Estado. A lentidão ou indisponibilidade dos sistemas causam prejuízos significativos para os contribuintes, consumidores e na imagem do Estado. A indisponibilidade ou lentidão dos sistemas críticos é imediatamente notada.

A solução de observabilidade trará diversos benefícios, entre eles:

- a) reduzir a quantidade de vezes que a aplicação fica indisponível para o usuário final;
- b) reduzir o tempo despendido para resolução de problemas na aplicação, no ambiente produtivo e na homologação;
- c) identificar gargalos na aplicação que deverão ser tratados para melhora de desempenho;
- d) identificar problemas e anomalias de casos específicos de usuários;
- e) identificar problemas na experiência do usuário com a aplicação;
- f) otimizar o uso de recursos, com tratamento de operações com alto impacto sobre o consumo de processamento, memória e tempo de execução;

- g) detectar proativamente falhas e anomalias;
- h) reduzir o tempo médio de resolução de problema (MTTR - mean time to repair);
- i) automatizar tarefas de monitoramento, leitura e processamento de logs. Aumento de produtividade e liberação de tempo da equipe para focar em atividades mais analíticas e estratégias;
- j) unificar a infraestrutura envolvida na aplicação, facilitar o gerenciamento e manutenção de sistemas complexos;
- k) melhorar a performance e disponibilidade dos sistemas de todos os contribuintes que interagem com os principais sistemas fiscais da Secretaria da Fazenda;
- l) melhora na imagem do Estado, da Secretaria da Fazenda e dos responsáveis por empreendimentos e sistemas que diretamente ou indiretamente interagem com os sistemas da fazenda.

Dada a crescente complexidade das infraestruturas de TI, sua importância crítica e da preocupação com a experiência do usuário, a contratação de uma solução de observabilidade se torna uma necessidade estratégica. Essa iniciativa melhorará a gestão e o desempenho dos sistemas de TI, suportará a inovação contínua e a transformação digital, garantirá competitividade e sucesso no longo prazo.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

#### 3.1. Da participação de consórcios:

3.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

#### 3.2. Da Subcontratação:

3.2.1. Caso a CONTRATADA não possua em seu quadro de pessoal profissional(ais) com a capacitação exigida, a execução dos serviços de treinamento, prestação de serviço técnico, atualização e serviços especializados da solução, poderão ter como responsáveis técnicos profissionais do próprio fabricante da solução, mediante subcontratação pelo licitante e sem ônus adicionais para a CONTRATANTE. Especificamente para os serviços de instalação e configuração da solução de observabilidade, deverão ser realizados por técnicos profissionais do próprio fabricante da solução, mediante subcontratação pelo licitante e sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

3.2.2. A equipe técnica entende não ser possível tecnicamente a prestação satisfatória dos serviços relacionados ao *software/produtos* sem que o fornecedor seja autorizado pelo fabricante. De fato, a responsabilidade técnica é, na prática, sempre do fabricante, uma vez que é ele quem desenvolve *software*. A Lei de Software, nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998, garante proteção à propriedade intelectual de programa de computador pela legislação de direitos autorais, sendo ressalvado o direito de o autor opor-se a alterações não-autorizadas, quando essas impliquem deformação, mutilação ou outra modificação do programa de computador, que prejudiquem a sua honra ou a sua reputação. Por essa razão, as alterações em componentes e programas de computador são usualmente realizadas apenas pelo detentor de seus direitos autorais; no caso em questão, trata-se dos fabricantes da solução.

3.2.3. Evidencia-se, no entanto, que a solução poderá ser comercializada por revendedores do fabricante, por essa razão, torna-se necessária a previsão de subcontratação do fabricante como responsável técnico, caso não seja esse o vencedor do certame.

3.2.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 122, §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.2.5. Na hipótese da subcontratação, a CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE, antes do início da execução, declaração do fabricante que ateste a sua disponibilidade para a respectiva prestação, conforme §1º, art. 122, da Lei Federal nº 14.133, de

2021. No caso de ser a CONTRATADA o responsável técnico, esse deverá comprovar que possui autorização (em vigência) do fabricante para a prestação dos serviços. Tal exigência se justifica tendo em vista a criticidade da solução.

**3.3. Da Sustentabilidade:**

3.3.1. Dada a natureza do objeto, considera-se que a presente aquisição atende aos requisitos de sustentabilidade.

**3.4. Da indicação de marcas ou modelos:**

3.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

**3.5. Da vedação de utilização de marca ou modelo:**

3.5.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

**3.6. Da exigência de carta de solidariedade:**

3.6.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida, quando da assinatura do contrato, carta ou declaração de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

3.6.3. A carta ou declaração de solidariedade é o documento firmado pelo fornecedor e pelo fabricante com o objetivo de estabelecer responsabilidade recíproca sobre o bem a ser fornecido.

**3.7. Da Garantia da Contratação:**

3.7.1. Será exigida a garantia de execução da contratação, nos moldes do art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor total inicial do contrato, conforme regras a serem estabelecidas na minuta contratual.

3.7.2. A garantia será posterior à assinatura do contrato, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato. A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária.

**3.8. Condições e especificações da garantia do serviço:**

3.8.1. Será aplicada ao serviço somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

**3.9. Da Vistoria:**

3.9.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de execução dos serviços.

**4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**4.1. Prazo e Condições da Prestação do Serviço:**

4.1.1. A CONTRATADA deverá elaborar cronograma, a ser entregue em até 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do contrato contendo detalhamento do serviço e dos produtos a serem utilizados, indicando os respectivos locais para a execução, observando:

4.1.1.1. O início das atividades em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Nota de Empenho.

4.1.1.2. Item 1: em até 15 (quinze) dias, contados da emissão da Nota de Empenho.

4.1.1.3. Item 2: em até 120 (cento e vinte) dias após a emissão da Nota de Empenho.

4.1.1.4. Item 3: em até 12 (doze) meses após a emissão da Nota de Empenho.

4.1.1.5. Item 4: deverá estar disponível após entrega do item 2 (serviços de instalação e configuração) e será executado até o fim do prazo de vigência do contrato.

**4.2. Do local e horário da prestação do serviço:**

4.2.1. Os serviços serão prestados remotamente e, caso seja necessário, no seguinte endereço: Superintendência de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, localizada à Rua da Bahia, nº 1816, 1º e 2º subsolos, bairro de Lourdes, em Belo Horizonte, no horário a ser determinado pela CONTRATANTE em acordo com a CONTRATADA.

**4.3. Dos Materiais a serem disponibilizados:**

4.3.1. Não será necessário disponibilizar materiais de consumo e de uso duradouro, dada a natureza dos serviços.

**4.4. Regime de Execução:**

4.4.1. O regime de execução desta contratação será o de fornecimento e prestação de serviço associado, nos termos do inciso XXXIV do art. 6º da Lei 14.133, de 2021.

**5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

**5.1. Condições de Recebimento:**

5.1.1. Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo (s) detalhado (s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

5.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.1.3. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou materiais empregados em sua realização, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.1.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório, conforme art. 119 c/c art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.1.5. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo (s) detalhado (s) que comprove (m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração notificará a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.9. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do

objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.1.11. **O recebimento dos itens objeto do contrato se darão da seguinte forma:**

5.1.11.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

5.1.11.2. **Para o item 1:**

5.1.11.2.1. A emissão do Termo de Recebimento ocorrerá após a verificação da qualidade e da quantidade de licenças e consequente aceitação da solução, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização dos serviços do item 2 (serviços de instalação e configuração). Para a emissão do Termo de Recebimento também será necessário comprovar, por declaração do fabricante ou por meio de acesso ao site do fabricante da solução ou através do próprio *software*, o período que se encontra ativo o serviço ou licenças em nome da CONTRATANTE, deve constar a quantidade total de licenças ou créditos para atender os requisitos contratados.

5.1.11.3. **Para o item 2:**

5.1.11.3.1. A emissão do Termo de Recebimento ocorrerá após finalização do pós-implantação previsto no item 2 (serviços de instalação e configuração).

5.1.11.4. **Para o item 3:**

5.1.11.4.1. A emissão do Termo de Recebimento ocorrerá após a verificação da qualidade dos serviços prestados e atendimento aos itens da especificação.

5.1.11.5. **Para o item 4:**

5.1.11.5.1. A emissão do Termo de Recebimento ocorrerá para cada ordem de serviço concluída, com base na relação de serviço realizado e horas executadas, após a verificação da qualidade dos serviços prestados e atendimento aos itens acordados na ordem de serviço.

5.1.11.6. No que se refere às condições de recebimento do objeto desta contratação, caso seja demandado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá emitir relatório, com informações sobre as demandas realizadas, incluindo, no mínimo, os seguintes dados:

5.1.11.6.1. informação sobre as versões dos *software* em uso e disponibilidade de atualizações;

5.1.11.6.2. número de identificação, data e hora de demandas abertas durante o mês;

5.1.11.6.3. nome do demandante;

5.1.11.6.4. descrição da demanda;

5.1.11.6.5. técnico responsável pelo atendimento;

5.1.11.6.6. serviços executados/solução;

5.1.11.6.7. status de todas as demandas abertas/em andamento;

5.1.11.6.8. data e hora das demandas fechadas durante o mês, com descrição dos serviços executados e o nome do técnico responsável.

5.1.11.7. O recebimento/aprovação dos serviços pela Superintendência de

Tecnologia da Informação, da Secretaria de Estado de Fazenda, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90

## 5.2. **Da Avaliação da Execução do Objeto:**

5.2.1. A avaliação da execução do objeto se dará mediante confirmação no site do fabricante da solução que os serviços estão disponíveis para o período contratado. Somente após essa confirmação, será possível atestar o(s) documento(s) fiscal(ais) que comprovam a execução dos serviços.

5.2.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento de medição de resultado **Acordo de Nível de Serviço (ANS)**, previsto no Anexo III - Acordo de Nível de Serviço (SEI 102550952).

5.2.3. A utilização do **Acordo de Nível de Serviço (ANS)** não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.

## 5.3. **Da Liquidação:**

5.3.1. A liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos corridos, contados da data da entrega definitiva do serviço e respectivo aceite da CONTRATANTE.

5.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 5.3.2.1. o vencimento;
- 5.3.2.2. a data da emissão;
- 5.3.2.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 5.3.2.4. o período respectivo de execução do objeto;
- 5.3.2.5. o valor a pagar; e
- 5.3.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

5.3.4. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## 5.4. **Do Pagamento:**

5.4.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que a CONTRATADA indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

5.4.2. A Administração deverá observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.4.3. No caso de atraso pela CONTRATANTE, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação de índice determinado em contrato.

5.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido pela CONTRATADA na

planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.6. A CONTRATADA deverá garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

5.4.7. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da CONTRATADA e rescisão contratual.

5.4.8. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4.9. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA :

5.4.9.1. Não produzir os resultados acordados.

5.4.9.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

5.4.9.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## 5.5. **Da Antecipação do Pagamento:**

5.5.1. A presente contratação permite a antecipação de pagamento para o item 1, considerando a Nota Explicativa (SEI 93247354).

5.5.2. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor da antecipação de pagamento, tão logo seja publicado o extrato do contrato e prestada a garantia da contratação, para que a CONTRATANTE efetue o pagamento antecipado.

5.5.3. Fica a CONTRATADA obrigada a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

5.5.3.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

5.5.3.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ICTI, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

5.5.4. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

5.5.5. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

5.5.5.1. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:

5.5.5.1.1. pagamento só será efetivado quando for possível verificar no site do fabricante da solução que os serviços foram disponibilizados durante o período contratado, conforme disposto neste Termo de Referência.

5.5.5.1.2. prestação da garantia financeira de execução em qualquer das modalidades de que trata o art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de 5%, como disposto neste Termo de Referência.

5.5.6. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

## **6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

- 6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO:**

### **7.1. Regras Gerais:**

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e artigos 15 e 16 do Decreto 48.587, de 2023.

7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade da CONTRATADA e eventualmente aplicar sanções.

### **7.2. Da Fiscalização do Contrato:**

7.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o



atesta, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.2.10. Os seguintes servidores serão os designados pela autoridade competente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representantes da Administração:

7.2.10.1. Jean Adam Calixto do Valle - Masp: 755.646-7 (Titular);

7.2.10.2. José Roberto Miranda - Masp: 669.585-2 (Suplente);

7.2.10.3. Otmar Martins Pereira Junior - Masp: 755.472-8 (Suplente).

### 7.3. **Da Gestão do Contrato:**

7.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes, repactuações ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº

48.587, de 2023.

7.3.9. Os seguintes servidores serão os designados pela autoridade competente para fazer a gestão do contrato, como representantes da Administração:

7.3.9.1. Alessandro Márcio M. Zebral - Masp: 3402187 (Titular).

7.3.9.2. Fabiana Inácia da Silva - Masp: 669.005-1 (Suplente).

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, conforme art. 33, da referida Lei Federal.

### **8.2. Dos critérios de aceitabilidade da proposta:**

8.2.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos corridos, contados da data de aceitação.

8.2.2. Os licitantes deverão enviar, via sistema eletrônico, juntamente com a proposta comercial, ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique a solução ofertada e todas as suas características, tais como; marca, tipos de subscrição e fabricante, além de outras informações pertinentes às demandadas neste Termo de Referência, sob risco de não aceitação da proposta.

8.2.3. A exigência desses documentos é meio legal de garantir que o produto ofertado pelo fornecedor atenda integralmente ao descritivo especificado pela Administração. Trata-se de atuação diligente da equipe técnica para verificar todas as informações pertinentes ao objeto. Ressalta-se que, caso os prospectos não apresentem todas as informações necessárias para a completa caracterização e análise do produto ofertada, poderão ser realizadas outras diligências de forma a esclarecer tais lacunas.

8.2.4. Será exigida documentação que contenham as características da solução ofertada, tais como marca, tipos de subscrição e fabricante, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas conforme estabelecido no item 8.2.2.

8.2.5. Será exigida entrega de planilha de especificação técnica com os requisitos da solução descritos nos subitens do item 1.6.1, devidamente complementadas, de forma clara e precisa, com uma coluna à direita, denominada “ofertado”, onde deverá constar, para cada subitem a especificação precisa ofertada (caso diverja da característica solicitada) ou apenas “SIM” (caso coincida com o característica solicitada), bem como o número da página (ou link) do catálogo (ou documentação) da solução ou declaração do fabricante que comprove o subitem da solução ofertada, acompanhada portanto desses documentos legíveis (catálogo ou manual impresso publicado pelo fabricante da solução ofertada, em língua portuguesa ou inglesa, ou declarações do fabricante da solução).

8.2.6. Poderá ser aceita cópia de documento publicado no sítio do fabricante na Internet que comprove as especificações da solução, desde que da mesma conste o endereço eletrônico de acesso irrestrito, devendo estar disponível para acesso ao público em geral e passível de verificação durante a sessão do pregão.

8.2.7. Todos os documentos deverão estar vigentes no dia previsto para abertura da sessão deste pregão.

### **8.3. Da Prova de Conceito:**

8.3.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

## **9. HABILITAÇÃO:**

### **9.1. Habilitação Jurídica:**

9.1.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).

9.1.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.

9.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.

9.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

9.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 9.2. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

9.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

9.2.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.

9.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

## 9.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

9.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

## 9.4. **Da Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:**

9.4.1. Para os itens 1 e 2 deverá ser apresentada comprovação de aptidão para o fornecimento de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com os objetos desta contratação, ou com os itens pertinentes, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.4.1.1. Os atestados deverão conter:

9.4.1.1.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, contato);

9.4.1.1.2. Local e data de emissão;

9.4.1.1.3. Nome, cargo, contato e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

9.4.1.1.4. Período da execução da atividade e quantitativo do objeto fornecido.

9.4.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.4.1.2.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.4.1.3. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

## **10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

### **10.1. DA CONTRATANTE:**

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente termo de referência, contrato e eventuais anexos.

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas da efetiva prestação de serviço, objeto do Termo de Referência.

10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial da CONTRATADA, impondo-se a recusa se o objeto for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.

10.1.6. Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição da parcela do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.1.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 10.1.10, para decidir e admitir a

prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- 10.1.12. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.
- 10.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
  - 10.1.13.1. Realizar a retenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica sobre o valor total da nota fiscal emitida pelo prestador de serviço e/ou fornecedor, observadas as exceções legais, nos termos da Instrução Normativa da RFB, nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 - Anexo I - Tabela de Retenção, com alteração dada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26/06/2023 e demais normativos pertinentes que venham regulamentar o assunto em questão, quando da realização de pagamento em virtude de contratos ou relações de compras firmados por esta Secretaria.
- 10.1.14. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.
- 10.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.2. **DA CONTRATADA:**
  - 10.2.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
  - 10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.
  - 10.2.3. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
  - 10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
  - 10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados.
  - 10.2.6. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.
  - 10.2.7. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.
  - 10.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  - 10.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as à CONTRATANTE para ateste e pagamento.

- 10.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.
- 10.2.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 10.2.11.1. Destacar no documento fiscal o valor relativo à retenção de imposto de renda nos termos do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 - Anexo I - Tabela de Retenção, com alteração dada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26/06/2023.
- 10.2.11.2. Caso a CONTRATADA se enquadre nas exceções estabelecidas pela legislação tributária, deverá informar a exceção na nota fiscal e enviar documento comprobatório nos termos da IN nº 1.234/2012 para a CONTRATANTE, o qual será anexado ao processo de execução de despesas.
- 10.2.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.2.13. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.2.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 10.2.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.2.15.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.2.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.2.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.2.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 10.2.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 10.2.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- 10.2.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação

pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.2.22. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.2.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.3. **Do Preposto:**

10.3.1. Não será necessária a designação de preposto pela CONTRATADA.

## 11. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;

11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

11.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência** - quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o

valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. Os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;

11.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos nesta última Lei citada, conforme art. 159 da referida Lei de Licitações.

11.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.12. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



11.14. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante.

## 12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

12.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso.

12.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei 24.678, de 17 de janeiro de 2024 e seus créditos adicionais:

13.1.1. A contratação será atendida pela seguintes dotações: 1191 04 126 033 2007 0001 3390 4002 e 1191 04 126 033 2007 0001 3390 3953, fontes 10.1 e /ou 29.1.

13.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 14. TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE:

14.1. Juntamente com o contrato de fornecimento deverá ser assinado Termo de Sigilo e Confidencialidade padrão da SEF/MG. O Termo de Confidencialidade é necessário por questão de segurança do negócio da SEF/MG. As informações originadas e tramitadas na prestação de serviços de comunicação do presente objeto são, em quase sua totalidade, sigilosas, portanto, faz-se imprescindível a previsão de celebração de Termo de Confidencialidade neste processo.

### Aprovação:

#### Pela área demandante:

Rogério Zupo Braga  
Superintendente de Tecnologia da Informação/SEF-MG

Unidade Demandante

#### Pela área de compras:

Arlson Leandro Fernandes Correia Lopes

Diretor de Aquisições e Contratos\*

Unidade Técnica

\*Documento aprovado conforme inciso I do artigo 18 do Decreto Estadual nº 46.680, de 30 de agosto de 2023, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Zupo Braga, Superintendente**, em 28/11/2024, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela de Abreu Messeder, Gestor(a) Fazendário(a)**, em 29/11/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 02/12/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **102540923** e o código CRC **FFB0D7ED**.

---

Referência: Processo nº 1190.01.0013571/2024-68

SEI nº 102540923



Anexo nº II -/SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES/2024

PROCESSO Nº 1190.01.0013571/2024-68

## ANEXO II AMBIENTE TECNOLÓGICO DA SECRETARIA DA FAZENDA E DIMENSIONAMENTO DAS APLICAÇÕES

A infraestrutura da Secretaria da Fazenda abrange uma gama diversificada de componentes tecnológicos, incluindo servidores, bancos de dados, dispositivos de redes e aplicações, todos críticos para o funcionamento contínuo e eficiente das operações da organização.

Com a implementação de uma ferramenta de monitoramento de aplicações, buscamos assegurar a alta disponibilidade, desempenho otimizado e rápida detecção de problemas, possibilitando uma gestão proativa e eficaz dos recursos de TI.

Este documento deverá ser utilizado como um guia para entender o escopo e dimensionamento da solução de Observabilidade, sua instalação e configuração.

### 1. DO AMBIENTE TECNOLÓGICO

O ambiente tecnológico da Secretaria da Fazenda é categorizado como um ambiente de infraestrutura híbrida, formado por aplicações On-Premises e em Nuvem. Parte das aplicações estão em seus ambientes On-Premises e parte estão em Nuvem Microsoft Azure, IBM Cloud, Oracle Cloud e Amazon AWS, conforme abaixo.

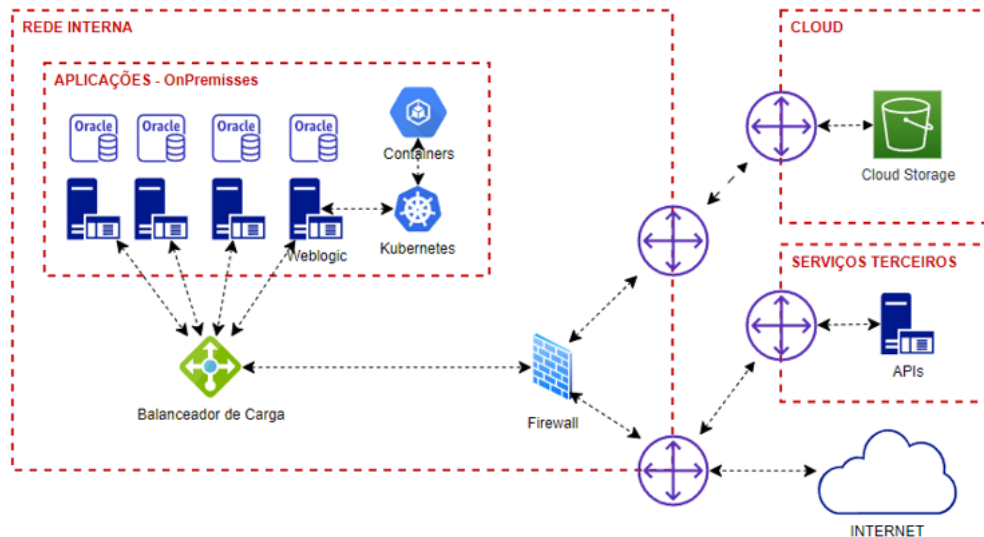


Figura 1 - Visão simplificada da arquitetura de infraestrutura e aplicações envolvidas.

### 2. DAS APLICAÇÕES

As seguintes aplicações fazem parte do dimensionamento de máquinas virtuais (VMs) para monitoramento e do plano de instalação com configuração:

Aplicação	Descrição
Sistema 1	Registra operações de circulação de mercadorias, prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e operações de comércio exterior.
Sistema 2	Registra as operações comerciais destinadas ao consumidor final.
Sistema 3	Registra as operações de fornecimento de energia elétrica.
Sistema 4	Registra operações de venda de bilhetes de transporte, seja ele rodoviário, ferroviário, aquaviário ou outro tipo de transporte coletivo de passageiros.
Sistema 5	Registra operações de prestação de serviços de transporte de cargas, seja ele rodoviário, ferroviário, aéreo, aquaviário ou multimodal.
Sistema Auditor 1	Sistema utilizado para auditoria, gestão e administração tributária.
INTEGRADOR (Cloud Pak for Integration)	Sistema de integração que utiliza mensageria com tecnologia Kafka para distribuir informações de nota fiscais e integrar outros sistemas, como o ambiente de análise de dados.
Outros sistemas	Uso e implementação em sistemas e integrações adicionais.

As tecnologias utilizadas nas aplicações são:

- Arquitetura das aplicações monitoradas: monolítica e serveless;
- Linguagens: Java 8, Java 11;
- Banco de dados: Oracle 19c;
- Fila: JMS (Weblogic) e Kafka;
- Servidor de Aplicação: Weblogic - Java 8 e 11;
- Sistema Operacional: Oracle Linux 8; Red Hat Enterprise Linux 8.3 (Ootpa), 8.6 e superior;
- Orquestração de Containers: Openshift 4.12 (Kubernetes);
- Balanceador / Service Mesh: F5 – Big IP;
- Storage: IBM Clos;
- Framework de logs: log4j, slf4j;
- Virtualização: VMWare 7.0 e Oracle Private Cloud Appliance (OPCA).

### 2.1.1 DO AMBIENTE SISTEMA 1

Uso da aplicação:	O principal uso da aplicação é o webservice para registro de notas fiscais.
Composição da aplicação:	API Web/ Web MVC / Worker Jobs, em servidor Weblogic
Local da aplicação:	On-Premises
Estimativa de volume / operações:	Aproximadamente 490.000.000 (quatrocentos e noventa milhões) de notas autorizadas em 1 (um) ano.
Estimativa de usuários da aplicação:	Não disponível dado histórico ou anual.
Estimativa de PageViews:	Não disponível. Operações majoritariamente de API.
Estimativa de conexões por mês (contado no balanceador de carga):	Não disponível dado histórico ou anual. Aproximadamente 6.000 (seis mil) conexões, em tempo real.
Estimativa de integrações internas com o sistema:	4
Estimativa de integrações externas com o sistema:	2

### 2.1.2. DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA 1

Aplicação	Ambiente	CPUs (un.)	Memória	Logs Diários	Quantidade
SISTEMA 1	Prod.	6	32 GB	5 GB	2
SISTEMA 1	Prod.	6	16 GB	5 GB	10
SISTEMA 1	Prod.	4	16 GB	5 GB	2
SISTEMA 1	Hom.	2	16 GB	5 GB	5
SISTEMA 1	Hom.	2	32 GB	5 GB	1
Total VMs:					20

A primeira linha do dimensionamento deverá ser interpretada como ambiente de produção, 2 (duas) máquinas virtuais, cada uma com 6 CPUs virtuais (vCPUs), 32 GB de memória RAM e que geram 5GB de log de aplicação, diariamente, cada.

Um total de 20 (vinte) máquinas virtuais que hospedam a aplicação serão monitoradas para o SISTEMA 1.

A experiência do usuário não será monitorada para este sistema, pois se trata de API.

### 2.2.1 DO AMBIENTE SISTEMA 2

Uso da aplicação:	O principal uso da aplicação é o webservice para registro de notas fiscais.
Composição da aplicação:	API Web/ Web MVC / Worker Jobs, em servidor Weblogic
Local da aplicação:	On-Premises

Estimativa de volume / operações:	Aproximadamente 4.300.000.000 (quatro bilhões e trezentos milhões) de notas autorizadas em 1 (um) ano.
Estimativa de usuários da aplicação:	Não disponível dado histórico ou anual.
Estimativa de PageViews:	Não disponível. Operações majoritariamente de API.
Estimativa de conexões por mês (contado no balanceador de carga):	Não disponível dado histórico ou anual. Aproximadamente 20.000 (vinte mil) conexões, em tempo real.
Estimativa de integrações internas com o sistema:	4
Estimativa de integrações externas com o sistema:	2

### 2.2.2. DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA 2

Aplicação	Ambiente	CPU (un.)	Memória	Logs Diários	Quantidade
SISTEMA 2	Prod.	8	32 GB	5 GB	13
SISTEMA 2	Hom.	2	32 GB	5 GB	2
SISTEMA 2	Prod. Web Logic	8	32 GB	5 GB	13
Total de VMs:					28

O total de 28 (vinte e oito) máquinas virtuais serão monitoradas para o ambiente da aplicação SISTEMA 2.

A experiência do usuário não será monitorada para este sistema, pois se trata de API.

### 2.3.1 DO AMBIENTE SISTEMA 3

Uso da aplicação:	O principal uso da aplicação é o webservice para registro de notas fiscais.
Composição da aplicação:	API Web/ Web MVC / Worker Jobs, em servidor Weblogic
Local da aplicação:	On-Premises
Estimativa de volume / operações:	Aproximadamente 114.500.000 (cento e quatorze milhões e quinhentas mil) notas autorizadas em 1 (um) ano.
Estimativa de usuários da aplicação:	Não disponível dado histórico ou anual.
Estimativa de PageViews:	Não disponível. Operações majoritariamente de API.
Estimativa de conexões por mês (contado no balanceador de carga):	Não disponível dado histórico ou anual.
Estimativa de integrações internas com o sistema:	4
Estimativa de integrações externas com o sistema:	2

### 2.3.2. DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA 3

Aplicação	Ambiente	CPU (un.)	Memória	Logs Diários	Quantidade
SISTEMA 3	Hom.	6	26 GB	1 GB	2
SISTEMA 3	Prod.	8	16 GB	3 GB	6
Total de VMs:					8

O total de 8 (oito) máquinas virtuais serão monitoradas para o ambiente da aplicação SISTEMA 3.

A experiência do usuário não será monitorada para este sistema, pois se trata de API.

### 2.4.1. DO AMBIENTE SISTEMA 4

--	--	--	--	--	--

Uso da aplicação:	O principal uso da aplicação é o webservice para registro de notas fiscais.
Composição da aplicação:	API Web/ Web MVC / Worker Jobs, em servidor Weblogic
Local da aplicação:	On-Premises
Estimativa de volume / operações:	Aproximadamente 47.300.000 (quarenta e sete milhões e trezentas mil) notas autorizadas em 1 (um) ano.
Estimativa de usuários da aplicação:	Não disponível dado histórico ou anual.
Estimativa de PageViews:	Não disponível. Operações majoritariamente de API.
Estimativa de conexões por mês (contado no balanceador de carga):	Não disponível dado histórico ou anual. Aproximadamente 20 (vinte) conexões, em tempo real.
Estimativa de integrações internas com o sistema:	2
Estimativa de integrações externas com o sistema:	1

#### 2.4.2. DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA 4

Aplicação	Ambiente	CPU (un.)	Memória	Logs Diários	Quantidade
SISTEMA 4	Hom.	2	16 GB	1 GB	1
SISTEMA 4	Prod.	4	16 GB	5 GB	2
Total de VMs:					3

O total de 3 (três) máquinas virtuais serão monitoradas para o ambiente da aplicação SISTEMA 4.

A experiência do usuário não será monitorada para este sistema, pois se trata de API.

#### 2.4.1. DO AMBIENTE SISTEMA 5

Uso da aplicação:	O principal uso da aplicação é o webservice para registro de notas fiscais.
Composição da aplicação:	API Web/ Web MVC / Worker Jobs, em servidor Weblogic
Local da aplicação:	On-Premises
Estimativa de volume / operações:	Aproximadamente 323.000 (trezentos e vinte e três mil) notas autorizadas em 1 (um) ano.
Estimativa de usuários da aplicação:	Não disponível dado histórico ou anual.
Estimativa de PageViews:	Não disponível. Operações majoritariamente de API.
Estimativa de conexões por mês (contado no balanceador de carga):	Não disponível dado histórico ou anual. Aproximadamente 420 (quatrocentos e vinte) conexões, em tempo real.
Estimativa de integrações internas com o sistema:	2
Estimativa de integrações externas com o sistema:	1

#### 2.4.2. DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA 5

Aplicação	Ambiente	CPU (un.)	Memória	Logs Diários	Quantidade
SISTEMA 5	Prod.	4	16 GB	5 GB	6
SISTEMA 5	Hom.	2	16 GB	600 MB	3
SISTEMA 5	Pré-prod.	4	16 GB	600 MB	6
Total de VMs:					15

O total de 15 (quinze) máquinas virtuais serão monitoradas para o ambiente da aplicação SISTEMA 5.

A experiência do usuário não será monitorada para este sistema, pois se trata de API.

### 2.5.1. DO AMBIENTE SISTEMA AUDITOR 1

Uso da aplicação:	O sistema é composto principalmente de páginas de consulta, pesquisa e cadastro web, acessado por usuários internos e externos.
Composição da aplicação:	Web MVC / API Web, em servidor Weblogic
Estimativa de volume / operações:	Não disponível.
Local da aplicação:	On-Premises
Estimativa de usuários da aplicação:	Em amostragem de Julho de 2024: 94.000 (noventa e quatro mil) usuários.
Estimativa de PageViews:	Contratação de até 10 milhões de PageViews ou até 1 milhão de sessões.
Estimativa de conexões por mês (contado no balanceador de carga):	Não disponível dado histórico ou anual.
Estimativa de integrações internas com o sistema:	Não disponível.
Estimativa de integrações externas com o sistema:	Não disponível.

### 2.5.2. DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA AUDITOR 1

Aplicação	Ambiente	CPU (un.)	Memória	Logs Diários	Quantidade
SISTEMA AUDITOR 1	Prod	8	32 GB	5 GB	29
SISTEMA AUDITOR 1	Pré-prod.	2	32 GB	5 GB	5
SISTEMA AUDITOR 1	Hom.	4	32 GB	5 GB	1
SISTEMA AUDITOR 1	Hom. Web Logic	2	32 GB	5 GB	5
Total de VMs:					40

O total de 40 (quarenta) máquinas virtuais serão monitoradas para o ambiente da aplicação SISTEMA AUDITOR 1.

A experiência do usuário será monitorada para este sistema.

### 2.6.1. DO AMBIENTE INTEGRADOR

Uso da aplicação:	Distribuir mensagens de registro de notas fiscais para o ambiente analítico.
Composição da aplicação:	Fila em Kafka (mensageria), com aplicação em containers geridos pelo Openshift.
Local da aplicação:	On-Premises.
Estimativa de volume / operações:	Não disponível dado histórico ou anual.
Estimativa de usuários da aplicação:	Integração entre sistemas.
Estimativa de PageViews:	Não possui interface para monitoramento.
Estimativa de conexões por mês (contado no balanceador de carga):	Não possui acesso externo.
Estimativa de integrações internas com o sistema:	Não disponível.
Estimativa de integrações externas com o sistema:	Não disponível.

## 2.6.2. DIMENSIONAMENTO DO INTEGRADOR

Aplicacao	Ambiente	CPU	Memória	Quantidade	Nodes	Pods
Integrador	Produção	4	16 GB	3	Worker: 4 Master: 3 Infra: 3	451
Integrador	Produção	16	64 GB	3		
Integrador	Produção	24	128 GB	4		
Integrador	Desenvolvimento	4	16 GB	3	Worker: 3 Master: 3 Infra: 3	451
Integrador	Desenvolvimento	16	64 GB	3		
Integrador	Desenvolvimento	27	128 GB	3		
Total de VMs:				19		

O total de 19 (dezenove) máquinas virtuais serão monitoradas para o ambiente da aplicação Integrador.

A experiência do usuário não será monitorada para este sistema.

## 3. DIMENSIONAMENTO CONSOLIDADO

### 3.1. Dimensionamento consolidado de VMs

As VMs utilizadas pelas aplicações foram divididas em categorias com as respectivas quantidades de CPU, memória e Logs. As VMs estarão ligadas e em monitoramento o ano todo (24x7x365).

VM	CPU (unidades)	Memória	Logs Diários	Quantidade
I	2	32 GB	5 GB	13
II	4	16 GB	5 GB	17
III	6	16 GB	5 GB	10
IV	6	26 GB	1 GB	2
V	6	32 GB	5 GB	2
VI	8	16 GB	3 GB	6
VII	8	32 GB	5 GB	55
VIII	2	16 GB	5 GB	9
IX	4	16 GB	0 GB	6
X	16	64 GB	0 GB	6
XI	27	128 GB	0 GB	7
Subtotal de VMs:				133
Margem de 25% (outros sistemas):				33
Total de VMs:				166

O total de 166 (cento e sessenta e seis) máquinas virtuais do ambiente de aplicações serão monitoradas.

O total contempla margem de 25% (vinte e cinco por cento) no dimensionamento para tratar do uso e implementação em sistemas e integrações adicionais.

### 3.2. Dimensionamento consolidado de monitoramento de experiência de usuário

O monitoramento de experiência do usuário foi estimado em usuários, sessões e pageviews, totais para o período de 1 (um) ano e está detalhado abaixo.

Usuários:	até 100.000 (cem mil) usuários
Sessões:	até 1.000.000 (um milhão) de sessões
PageViews:	até 10.000.000 (dez milhões) de pageviews.

### 3.3. Dimensionamento consolidado do monitoramento sintético



O monitoramento sintético, por meio de requisições, deve atender até 10 milhões de requisições no período 1 (um) ano.



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela de Abreu Messeder**, **Gestor(a) Fazendário(a)**, em 29/11/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes**, **Diretor**, em 02/12/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **102550208** e o código CRC **15142313**.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Fazenda**

**Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições**

**Anexo nº III -/SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES/2024**

**PROCESSO Nº 1190.01.0013571/2024-68**

## **ANEXO III**

### **NÍVEIS DE SERVIÇO DOS OBJETOS DE CONTRATAÇÃO**

#### **1. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO**

- 1.1. Os níveis mínimos de serviço representam um compromisso assumido por um prestador de serviço perante um cliente para que se possa aferir as entregas programadas dos serviços.
- 1.2. Por se tratar de níveis mínimos, entende-se que a CONTRATADA deverá entregar, no mínimo, os resultados definidos, para que não esteja sujeita a glosas ou descontos nos seus vencimentos.
- 1.3. A unidade de medida adotada para remuneração do serviço prestado é a de Valor Fixo Mensal, e o pagamento será ajustado conforme os níveis de serviço apresentados.
- 1.4. Os indicadores de cada serviço serão aferidos mensalmente, para eventuais ajustes no valor da fatura mensal e deverão constar no relatório mensal de prestação de serviços com o nível de detalhe necessário para conferência pela CONTRATANTE.

#### **2. SUBSCRIÇÃO DE SOLUÇÃO DE OBSERVABILIDADE COM DADOS EM PLATAFORMA SAAS**

Os serviços de suporte técnico atrelados à subscrição de licenças deverão ser prestados em regime 24x7x365, ou seja, 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano, inclusive feriados. O suporte técnico será feito mediante a abertura de chamados em sistema de registro de chamados disponibilizado pela prestadora do serviço.

Os chamados serão classificados conforme a sua severidade, apresentada no quadro abaixo, juntamente com o prazo de início de atendimento e prazo máximo para resolução.

<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Prazo para iniciar atendimento</b>	<b>Tempo máximo de resolução</b>
----------------------	------------------	---	--

Crítico	Problema técnico que impeça a utilização da solução em sua totalidade	30 minutos	2 horas
Importante	Problema técnico que impeça o pleno funcionamento de uma funcionalidade	30 minutos	6 horas
Normal	Consulta técnica, dúvidas em geral, monitoramento	4 horas	48 horas

O nível de severidade será atribuído pelo CONTRATANTE no momento da abertura do chamado.

No atendimento dos chamados, para efeitos de apuração do tempo gasto pela CONTRATADA para a solução, serão desconsiderados os períodos em que a CONTRATANTE estiver responsável por executar ações necessárias para a análise e solução da ocorrência.

O início do prazo de contagem dos prazos será feito a partir da data e hora de registro do chamado, que deverá conter um identificador único para referência futura.

Entende-se por PRAZO PARA INICIAR ATENDIMENTO, o tempo máximo até o primeiro contato do técnico da CONTRATADA com as equipes técnicas do CONTRATANTE, a contar da abertura do chamado.

Ao término do atendimento (fechamento do chamado), a CONTRATADA deverá registrar, detalhadamente, por e-mail ou web, as causas do problema e a resolução adotada.

O número de requisições de suporte deverá ser ilimitado.

As manutenções programadas que gerem indisponibilidade da solução devem ser notificadas com pelo menos 15 dias de antecedência para a CONTRATANTE.

## INDICADORES

### 2.1. Disponibilidade da solução:

- Finalidade: apurar a disponibilidade da solução durante o período especificado.
- Meta a cumprir: 98%
- Instrumento de medição: ferramenta de monitoramento dos serviços ou outra ferramenta homologada pela CONTRATANTE.
- Forma de acompanhamento: a aferição será realizada por meio de relatórios de dados de ferramenta automatizada ou painéis de acompanhamento.
- Periodicidade: mensal
- Mecanismo de cálculo (%):  $(\text{Horas Totais de Funcionamento no Período} - \text{Horas de Manutenção Preventiva} - \text{Horas Indisponíveis Justificadas}) / (\text{Horas Totais no Período} - \text{Horas de Manutenção Preventiva} - \text{Horas Indisponíveis Justificadas}) \times 100$ .
- Início da vigência: a partir da emissão da Ordem de Serviço.

- Faixa no ajuste no pagamento:
  - $90\% \leq \text{Disponibilidade} < 98\%$ : glosa de 5% do valor do licenciamento mensalizado.
  - $80\% \leq \text{Disponibilidade} < 90\%$ : glosa de 15% do valor do licenciamento mensalizado.
  - $\text{Disponibilidade} < 80\%$ : glosa de 30% do valor do licenciamento mensalizado.
- Sanções: a simples aplicação de redutor por descumprimento dos níveis mínimos de serviço não exime a CONTRATADA de outras sanções estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- Observações: a disponibilidade será auferida com base na quantidade de horas total do mês e a quantidade de horas de indisponibilidade. Por exemplo, no caso de um mês de 30 dias são 720 horas totais, o limite inicial de SLA tolera até 2%, ou seja, 14h26m de indisponibilidade total. A apresentação de informações não integras ou a falta de informações ou qualquer funcionalidade, também é considerada como indisponibilidade.

## 2.2. Índice de atendimento de chamados no prazo:

- Finalidade: quantidade de chamados atendidos (requisição e incidentes) dentro do prazo.
- Meta a cumprir: 90% ou mais dos chamados atendidos no prazo
- Instrumento de medição: ferramenta de abertura de chamados ou outra ferramenta homologada pela CONTRATANTE.
- Forma de acompanhamento: a aferição será realizada por meio de relatórios de dados de ferramenta automatizada ou painéis de acompanhamento.
- Periodicidade: mensal
- Mecanismo de cálculo (%):  $(\text{Total de chamados atendidos dentro do prazo} / \text{Total de chamados abertos no período}) \times 100$
- Início da vigência: a partir da emissão da Ordem de Serviço.
- Faixa no ajuste no pagamento:
  - $80\% \leq \text{chamados no prazo} < 90\%$ : Glosa de 1% do valor do licenciamento mensalizado.
  - $60\% \leq \text{chamados no prazo} < 80\%$ : Glosa de 5% do valor do licenciamento mensalizado.
  - $\text{chamados no prazo} < 60\%$ : Glosa de 10% do valor do licenciamento mensalizado.
- Sanções: a simples aplicação de redutor por descumprimento dos níveis mínimos de serviço não exime a CONTRATADA de outras sanções estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- Observações: o tempo de resolução do chamado deverá contabilizar todo o prazo decorrido desde a abertura do chamado até a resolução definitiva. No caso de reabertura de chamados, o tempo entre a reabertura e a solução definitiva também deverá ser acrescido ao prazo de resolução do chamado.

## 2.3. Índice do prazo para início do atendimento:

- Finalidade: apurar tempo de sinalização e reconhecimento do chamado pela CONTRATADA.
- Meta a cumprir: 95% ou mais dos chamados com início de atendimento no prazo
- Instrumento de medição: ferramenta de abertura de chamados ou outra ferramenta homologada pela CONTRATANTE.
- Forma de acompanhamento: a aferição será realizada por meio de relatórios de dados de ferramenta automatizada ou painéis de acompanhamento
- Periodicidade: mensal
- Mecanismo de cálculo (%):  $(\text{Total de chamados com atendimento iniciado dentro do prazo de início de atendimento} / \text{Total de chamados abertos no período}) \times 100$
- Início da vigência: a partir da emissão da Ordem de Serviço.

- Faixa no ajuste no pagamento:
  - $85\% \leq$  contato inicial no prazo  $< 95\%$ : glosa de 1% do valor do licenciamento mensalizado.
  - $75\% \leq$  contato inicial no prazo  $< 85\%$ : glosa de 3% do valor do licenciamento mensalizado.
  - contato inicial no prazo  $< 75\%$ : glosa de 5% do valor do licenciamento mensalizado.
- Sanções: a simples aplicação de redutor por descumprimento dos níveis mínimos de serviço não exime a CONTRATADA de outras sanções estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- Observações: o início do atendimento é contabilizado a partir de data da abertura do chamado até o momento do registro do primeiro comentário ou comunicação feito pela equipe de atendimento do chamado direcionado para a equipe da CONTRATANTE.

#### 2.4. **Índice de eficácia do tratamento de chamados:**

- Finalidade: apurar a eficácia das resoluções fornecidas para os chamados
- Meta a cumprir: 90% das resoluções devem ser aceitas.
- Instrumento de medição: ferramenta de abertura de chamados ou outra ferramenta homologada pela CONTRATANTE.
- Forma de acompanhamento: a aferição será realizada por meio de relatórios de dados de ferramenta automatizada ou painéis de acompanhamento
- Periodicidade: mensal
- Mecanismo de cálculo (%):  $(\text{Total de resoluções de chamados no período} - \text{Total de reaberturas de chamados no período}) / \text{Total de resoluções de chamados no período} \times 100\%$
- Início da vigência: a partir da emissão da Ordem de Serviço.
- Faixa no ajuste no pagamento:
  - $80\% \leq$  resoluções aceitas  $< 90\%$ : glosa de 1% do valor do licenciamento mensalizado.
  - $65\% \leq$  resoluções aceitas  $< 80\%$ : glosa de 3% do valor do licenciamento mensalizado.
  - resoluções aceitas  $< 65\%$ : glosa de 7% do valor do licenciamento mensalizado.
- Sanções: a simples aplicação de redutor por descumprimento dos níveis mínimos de serviço não exime a CONTRATADA de outras sanções estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- Observações: caso o usuário que abriu o chamado não se manifeste em até 5 dias, a resolução será considerada aceita automaticamente, e a partir deste prazo, o chamado não poderá mais ser aberto. Cabe observar que o mecanismo de cálculo deve computar tantas reaberturas quanto ocorrem para um mesmo chamado, ou seja, caso um chamado seja reaberto várias vezes, cada uma destas novas reaberturas deverá ser considerada na apuração deste indicador.

#### 2.5. **Estabilidade da solução:**

- Finalidade: apurar a estabilidade da solução
- Meta a cumprir: abaixo de um incidente críticos no mês
- Instrumento de medição: ferramenta de abertura de chamados ou outra ferramenta homologada pela CONTRATANTE.
- Forma de acompanhamento: a aferição será realizada por meio de relatórios de dados de ferramenta automatizada ou painéis de acompanhamento
- Periodicidade: mensal
- Mecanismo de cálculo: quantidade de chamados críticos no período
- Início da vigência: a partir da emissão da Ordem de Serviço.
- Faixa no ajuste no pagamento:

- $2 \leq$  chamados críticos  $< 4$ : Glosa de 5% do valor do licenciamento mensalizado.
  - $4 \leq$  chamados críticos  $< 6$ : Glosa de 7% do valor do licenciamento mensalizado.
  - Chamados críticos  $> 6$ : Glosa de 10% do valor do licenciamento mensalizado.
- Sanções: a simples aplicação de redutor por descumprimento dos níveis mínimos de serviço não exime a CONTRATADA de outras sanções estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

### **3. INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO DE OBSERVABILIDADE**

O prazo para implantação da solução considera o prazo de execução do item objeto. Não será considerado para fins de glosa o cronograma de planejamento da implantação.

#### **INDICADOR**

##### **3.1. Prazo de instalação e configuração da solução**

- Finalidade: aferir instalação e configuração da solução no prazo
- Meta a cumprir: prazo de execução do item objeto
- Instrumento de medição: abertura de ordem de serviço com o cronograma acordado entre CONTRATANTE e CONTRATADA.
- Forma de acompanhamento: cronograma de planejamento da implantação
- Periodicidade: única vez, após a conclusão da instalação e configuração da solução.
- Mecanismo de cálculo: quantidade de dias de atraso com base no cronograma.
- Início da vigência: a partir da ordem de serviço com cronograma acordado
- Faixa no ajuste no pagamento:
  - $1 \leq$  dias úteis de atraso  $< 4$ : glosa de 5% do valor total da prestação de serviços.
  - $4 \leq$  dias úteis de atraso  $< 5$ : glosa de 10% do valor total da prestação de serviços.
  - dias úteis de atraso  $> 5$ : glosa de (10% + 1% a cada dia útil de atraso), aplicado ao valor total da prestação de serviços.
- Sanções: a simples aplicação de redutor por descumprimento dos níveis mínimos de serviço não exime a CONTRATADA de outras sanções estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- Observações: o acompanhamento do serviço de instalação e configuração da ferramenta se dará por meio da ferramenta de abertura de chamados, com registro específico para este serviço. A CONTRATADA terá o prazo de 10 dias corridos para verificar a eficácia do serviço de instalação e configuração. Caso sejam encontrados problemas, este chamado será reaberto e o prazo de instalação e configuração será acrescido dos dias decorridos entre a reabertura até a próxima resolução.

### **4. PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO POR MEIO DE ORDEM DE SERVIÇO**

A execução dos serviços está condicionada à emissão de ordem de serviço, contendo no mínimo o objetivo da OS, a descrição do que deve ser executado, os produtos/resultados a serem entregues, o prazo de atendimento e os requisitos de aceite da Ordem de Serviço.

Os prazos de atendimento da Ordem de Serviço devem ser pactuados previamente entre a CONTRATADA e CONTRATANTE. Caso a CONTRATADA verifique novas informações que indiquem necessidade de ajuste no prazo da Ordem de Serviço, tal repactuação deverá ser feita antes de 50% do prazo original da Ordem de Serviço, e novo prazo deverá ser aceito pela CONTRATANTE.

#### **INDICADOR**

##### **4.1. Prazo de finalização da Ordem de Serviço**

- Finalidade: aferir o atendimento tempestivo da ordem de serviço

- Meta a cumprir: prazo da ordem de serviço
- Instrumento de medição: ordem de Serviço
- Forma de acompanhamento: ordem de Serviço
- Periodicidade: única vez, após a conclusão da Ordem de Serviço.
- Mecanismo de cálculo: quantidade de dias úteis decorridos após o prazo de conclusão estipulado na Ordem de Serviço e o aceite da Ordem de Serviço.
- Início da vigência: a partir da emissão da ordem de serviço.
- Faixa no ajuste no pagamento:
  - $1 \leq$  dias úteis de atraso  $< 4$ : glosa de 5% do valor total da prestação de serviços.
  - $4 \leq$  dias úteis de atraso  $< 5$ : glosa de 10% do valor total da prestação de serviços.
  - dias úteis de atraso  $> 5$ : glosa de (10% + 1% a cada dia útil de atraso), aplicado ao valor total da prestação de serviços.
- Sanções: a simples aplicação de redutor por descumprimento dos níveis mínimos de serviço não exime a CONTRATADA de outras sanções estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela de Abreu Messeder, Gestor(a) Fazendário(a)**, em 29/11/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arlson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 02/12/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **102550952** e o código CRC **2477E15D**.



ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições

Versão v.20.09.2020.

ANEXOS

ANEXO IV - PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1191001 105/2024 (preenchida em papel timbrado da proponente)						
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA				PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE		
Razão Social:						
CNPJ:						
Endereço:						
Telefone:						
Endereço Eletrônico:						
Nome do Representante Legal:						
CPF do Representante Legal:						
DADOS BANCÁRIOS						
Banco						
Agência						
Conta						
LOTE	ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO (OU UNIDADE DE MEDIDA)	QUANTIDADE	VALC UNITÁ (R\$)
ÚNICO	01	134406	Subscrição de licença de solução APM - Monitoramento de Desempenho de Aplicações (Observabilidade)	Unidade	1	
	02	134414	Serviço de instalação, configuração e repasse de conhecimento de solução APM	Unidade	1	
	03	6920	Serviço de ministração de curso de treinamento de pessoal	Unidade	1	
	04	136115	Prestação de serviços especializados em TI (sob demanda)	Horas	120	
VALOR GLOBAL .....						R\$
( )						
Optante pelo Simples Nacional: Sim ( ) Não ( )						
Observações:						
Prazo de Validade da Proposta:						
Prazo de Entrega:						
Local de Entrega:						
Prazo de Garantia:						
Declaro que:						
a) serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital de Pregão Eletrônico;						
b) nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos;						
c) esta proposta foi elaborada de forma independente.						
As informações disponibilizadas neste documento estão sujeitas ao previsto na Lei n.º 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).						
Data e local.						
Assinatura do Representante Legal da Empresa						



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela de Abreu Messeder**, Gestor(a) Fazendário(a), em 29/11/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes**, Diretor, em 02/12/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **102551886** e o código CRC **3F8B3D58**.





## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Gerais - Bairro Serra Verde / Belo Horizonte - CEP 31630-901

Versão v.08.09.2021.

Processo nº 1190.01.0013571/2024-68

### ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº**  
**[INSERIR Nº]**  
**[INSERIR ANO],**  
**DE**  
**PRESTAÇÃO**  
**DE SERVIÇOS,**  
**QUE ENTRE SI**  
**CELEBRAM O**  
**ESTADO DE**  
**MINAS GERAIS,**  
**POR**  
**INTERMÉDIO**  
**DA SECRETARIA**  
**DE ESTADO DE**  
**FAZENDA E A**  
**EMPRESA**  
**[INSERIR**  
**NOME DA**  
**EMPRESA].**

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, com sede no(a) Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Gerais - Bairro Serra Verde/Belo Horizonte - CEP 31630-901, na cidade de Belo Horizonte/MG, endereço de correio eletrônico: [stigab@fazenda.mg.gov.br](mailto:stigab@fazenda.mg.gov.br), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 16.907.746/0001-13, neste ato representado pelo Superintendente de Tecnologia da Informação/SEF-MG, o Sr. Rogério Zupo Braga, doravante denominado(a) CONTRATANTE, inscrito no CPF sob o nº \*\*\*.283.496-\*\*, e [insserir nome do Contratado], endereço de correio eletrônico [insserir e-mail], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o número [insserir nº parcial do CNPJ], com sede na [insserir endereço/município], neste ato representada por Sr(a). [insserir nome do representante do contratado], inscrito(a) no CPF nº \*\*\*.xxx.xxx-\*\*, doravante denominado CONTRATADO, celebram o presente Contrato oriundo do **Pregão Eletrônico nº 1191001 105/2024**, regido pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, legislação estadual, e ainda, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Contrato é o fornecimento de solução de observabilidade como subscrição de licenças, assim como instalação, configuração, treinamento e prestação de serviços especializados, que deve ser executado conforme condições do Termo de Referência.

LOTE	ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	QTDE.	UNIDADE DE AQUISIÇÃO (OU UNIDADE DE MEDIDA)	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS
ÚNICO	01	134406	1	Unidade	Subscrição de licença de solução APM - Monitoramento de Desempenho de Aplicações (Observabilidade)
	02	134414	1	Unidade	Serviço de instalação, configuração e repasse de conhecimento de solução APM
	03	6920	1	Unidade	Serviço de ministração de curso de treinamento de pessoal
	04	136115	120	Horas	Prestação de serviços especializados em TI (sob demanda)

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. o Termo de Referência;
- 1.2.2. o Aviso de Licitação;
- 1.2.3. informações inseridas no Portal de Compras de Minas Gerais (Processo de Compra 1191001 105/2024);
- 1.2.4. a Proposta comercial do contratado;
- 1.2.5. eventuais anexos dos documentos acima;
- 1.2.6. o Ambiente Tecnológico da SEF e Dimensionamento das Aplicações;
- 1.2.7. os Níveis de Serviço dos Objetos de Contratação;
- 1.2.8. o Termo de Confidencialidade.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de execução e de gestão contratuais, assim como os prazos e condições de entrega e de recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo os itens 01 e 4 ser prorrogados por até 5 (cinco) anos, conforme o §2º do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Os itens 2 e 3 do Lote Único poderão ser prorrogados, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, tendo em vista tratar-se de serviço por escopo, na forma do art. 111 da Lei Federal nº 14.133. de 2021.

3.3. A prorrogação de contrato de serviço contínuo deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.3.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado. (art. 107 da Lei nº 14.133/2021).

3.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências dos efeitos de aplicação das sanções.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ [inserir valor (xxxxxx)].

LOTE	ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO (OU UNIDADE DE MEDIDA)	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
ÚNICO	01	134406	Subscrição de licença de solução APM - Monitoramento de Desempenho de Aplicações (Observabilidade)	Unidade	1		
	02	134414	Serviço de instalação, configuração e repasse de conhecimento de solução APM	Unidade	1		
	03	6920	Serviço de ministração de curso de treinamento de pessoal	Unidade	1		
	04	136115	Prestação de serviços especializados em TI (sob demanda)	Horas	120		
<b>VALOR GLOBAL</b> ..... <b>R\$ _____</b> ( )							

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor indicado para o (s) item (s) 4 do lote único é (são) meramente estimativo, de modo que o pagamento será realizado ao CONTRATADO de acordo com os quantitativos efetivamente executados.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro na(s) dotação(ões) orçamentária(s) abaixo indicada(s):

1191 04 126 033 2007 0001 3390 4002 e 1191 04 126 033 2007 0001 3390 3953, fontes 10.1 e/ou 29.1., do orçamento em vigor, aprovado pela Lei 24.678, de 17 de janeiro de 2024;

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. As condições de pagamento estão estabelecidas no Termo de Referência.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

7.1. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base com base no ICTI - Índice de Custo da Tecnologia da Informação, calculado pelo Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados do orçamento estimado, em 27/09/2024

(93247354), conforme disposto nos arts. 92, §§ 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. O direito a que se refere o item 7.1. deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da contratada até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 (doze) meses a que se refere o caput desta cláusula sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

7.3. Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pela contratada.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, manter-se-á o marco inicial descrito no item 7.1.

7.5. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.7.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

8.1. As obrigações técnicas relativas à execução do objeto (descrição, funcionamento e aplicação) são descritas no Termo de Referência.

## 9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do [art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021](#), modalidade **[indicar modalidade]** em valor correspondente a 5%(cinco por cento) do valor total do contrato.

**OU**

9.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de [indicar prazo] dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a xxxx% (xxxxxx por cento por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

**Nota Explicativa:** Subitem 9.1 - Caso o adjudicatário não opte pela oferta de seguro-garantia, poderá ofertar a fiança bancária, a caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública antes ou depois da assinatura do termo de contrato. Na segunda hipótese, deverá ser feita a opção por um dos subitens a seguir)

**OU**

9.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de [indicar prazo] dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por título de capitalização, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a xxxxx% [xxxxx por cento] do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

BEM 1 [descrição do bem] - Valor R\$[ xxx]

BEM 2 [descrição do bem] - Valor R\$[ xxx]

Valor total R\$ [xxx]

**OU**

9.1 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por xxxxx dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo

que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**Nota explicativa:** Subitem 9.1 - O art. 97, I, da Lei nº 14.133/21, somente prevê prazo de vigência "igual ou superior ao estabelecido no contrato principal" para a modalidade de seguro-garantia, o que se alinha à exceção prevista no art. 7º, caput, da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022, que trata do assunto ("O prazo de vigência da apólice deverá ser igual ao prazo de vigência da obrigação garantida, salvo se o objeto principal ou sua legislação específica dispuser de forma distinta"). Não havendo ainda regulamentação do tema, deverá ser adotado um prazo razoável para verificação do total adimplemento do contratado, antes da liberação da garantia.

**Nota Explicativa 2:** Deverá a Administração, indicar se a garantia terá prazo de vigência igual ou superior à do contrato administrativo, estabelecendo, apenas na última hipótese, a vigência específica da apólice.

9.2 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

9.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.9 deste contrato.

9.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.5 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.5.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

9.5.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

9.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 9.9., observada a legislação que rege a matéria.

9.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

9.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

9.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

9.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de [indicar prazo] dias úteis, contados da data em que for notificada.

9.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.13. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

9.14. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

9.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.16 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

9.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

9.19. Além da garantia de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21](#), a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART 156, LEI 14.133/2021)**

10.1. As sanções administrativas incidentes à inexecução do objeto são descritas no Termo de Referência.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO (ART. 137, LEI 14.133/2021)**

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.4. O contrato poderá ser extinto em decorrência do não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, e demais motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de extinção será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. As partes entregarão, no momento da extinção, a documentação e eventual material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

11.8. No procedimento que visar à extinção do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

11.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

12.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.

12.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador e o CONTRATADO assume o papel de operador conforme artigo 5º, VI e VII da Lei nº 13.709/2018.

12.3. O CONTRATADO deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

12.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 10 (dez) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

12.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

12.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do CONTRATADO, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

12.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, quando necessário.

12.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 124 de Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

13.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.1.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.1.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) e demais normas relativas a licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, a Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, ainda normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Este contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.1.1. O Portal de Compras será integrado ao PNCP para fins de cumprimento do art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

**TESTEMUNHA 1:**

**TESTEMUNHA 2:**



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela de Abreu Messeder**, **Gestor(a) Fazendário(a)**, em 29/11/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes**, **Diretor**, em 02/12/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **102552123** e o código CRC **AEDD1FF7**.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

**Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições**

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2024.

## **ANEXO VI**

### **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2024**

#### **CELEBRANTE:**

**NOME:** ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**SEDE:** Cidade Administrativa Tancredo Neves – Órgão: Secretaria de Estado de Fazenda – Prédio Gerais – 6º andar - Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.001, Bairro Serra Verde, no Município de Belo Horizonte/MG – CEP 31630-901.

**CNPJ:** 16.907.746/0001-13

**REPRESENTANTE LEGAL:** Rogério Zupo Braga, Superintendente de Tecnologia da Informação, credenciado na forma da Resolução nº. 3.597, de 03/12/2004.

#### **CELEBRADA:**

**NOME EMPRESARIAL:**

**ENDEREÇO:**

**CNPJ:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**REPRESENTANTE(s) LEGAL(is):**

**NOME:**

**CPF:**

**NOME:**

**CPF:**

CONSIDERANDO que a CELEBRANTE contratou com a CELEBRADA o fornecimento de solução de observabilidade como subscrição de licenças, assim como instalação, configuração, treinamento e prestação de serviços especializados, originário do Pregão Eletrônico nº 105/2024;

CONSIDERANDO que para tanto a CELEBRADA receberá informações a respeito do negócio, sistemas e/ou equipamentos, sendo de natureza peculiar as atividades da CELEBRANTE,

RESOLVEM as partes firmar o presente Termo de Confidencialidade, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES**

I - Para os fins deste instrumento, entende-se por informação: os dados, os documentos e os materiais que lhe sejam pertinentes. A "informação" poderá se revestir da forma oral, escrita, ou qualquer outra, corpórea ou não, a exemplo de: fórmulas, algoritmos, processos, projetos, croquis, fotografias, plantas, desenhos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, nomes de fornecedores, preços e custos, definições e informações de negócios.

II - É considerada informação sigilosa toda e qualquer informação ou dado fornecido, comunicado ou revelado à CELEBRADA, seja know-how e dados, seja de caráter técnico ou não, que esteja em poder da CELEBRANTE e que seja revelado à CELEBRADA por necessidade de execução do trabalho contratado.

III - Toda a informação que a CELEBRADA tenha acesso ou que lhe seja fornecida pela CELEBRANTE, será considerada sigilosa, salvo se estiver expressamente estipulado em contrário.

IV - Não será considerada sigilosa a:

- a) informação identificada como de domínio público;
- b) informação que se encontrava na posse legítima da CELEBRADA, livre de qualquer obrigação de sigilo, antes de sua revelação pela CELEBRANTE;
- c) informação expressamente identificada pela CELEBRANTE como "não sigilosa".

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

As partes acordam:

- a) não comercializar, divulgar, ceder, emprestar, revelar ou distribuir informação referente ao trabalho realizado, desde que autorizado pela CELEBRANTE.
- b) manter salvaguardas adequadas e seguras contra destruição, perda ou alteração dos arquivos de dados que a CELEBRANTE possa entregar à CELEBRADA, os quais ficarão sujeitos aos mesmos cuidados, proteção e segurança, dispensados àqueles da própria CELEBRADA, ficando esta livre e isenta de quaisquer responsabilidades em casos fortuitos ou de força maior;
- c) respeitar e cumprir todas as estipulações referentes ao sigilo das informações;
- d) devolver, independentemente de solicitação da outra parte, toda informação, sob qualquer forma que ela se encontre, bem como quaisquer cópias que eventualmente tenha em seu poder, após o término dos trabalhos sob contrato;
- e) manter em absoluta segurança e devidamente protegidos todo e qualquer programa de computador, documentação correlata, material e/ou informação com dados sigilosos, ou que venham a ter conhecimento, obrigando-se, ainda, por si, seus funcionários ou agentes e usuários, a não divulgar e nem revelar a terceiros quaisquer informações, sem prévia autorização escrita.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA IMPOSSIBILIDADE DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES**

Pelo presente Termo, a CELEBRADA reconhece a natureza sigilosa da informação que lhe será transmitida, sob forma escrita, oral, em meio magnético ou qualquer outra forma de acesso, pela CELEBRANTE e compromete-se a:

- a) manter sob absoluto sigilo todas as informações que lhe forem transmitidas, visando à execução dos trabalhos contratados;
- b) responsabilizar-se integralmente pelos atos de seus empregados, praticados nas dependências da CELEBRANTE, ou mesmo fora delas, que venham a causar danos a esta ou a seus funcionários, com a substituição imediata daqueles que não corresponderem ao padrão de comportamento exigido;
- c) permitir o acesso à informação apenas aos seus funcionários ou prepostos, que necessitem absolutamente de conhecê-la para os fins referidos, comunicando-lhes antecipadamente as obrigações assumidas em matéria de sigilo e impondo-lhes o seu cumprimento;

- d) não utilizar informações da CELEBRANTE em benefício próprio ou de terceiros;
- e) proteger as informações de divulgação a terceiros com o mesmo grau de cautela com que protege suas próprias informações de importância similar, tendo em vista a natureza dos negócios da CELEBRANTE;
- f) assegurar que, durante a execução dos serviços, seus empregados façam uso de crachás contendo o nome, a função e a denominação;
- g) credenciar junto à CELEBRANTE todo o seu pessoal designado para a execução dos serviços, objeto deste Termo, sob pena de não lhe ser permitido o acesso às instalações;
- h) comunicar à CELEBRANTE qualquer alteração relativa à titularidade ou gestão;
- i) instruir os encarregados, responsáveis pelo tratamento das informações confidenciais, a proteger e manter o sigilo das mesmas.
- j) Adotar medidas de segurança da informação em conformidade com as melhores práticas do órgão e as leis aplicáveis para proteger os dados, informações e sistemas envolvidos no contrato, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações e implementando controles adequados para mitigar riscos de segurança.
- k) Notificar imediatamente a CELEBRANTE em caso de incidentes de segurança da informação e cooperar plenamente em investigações ou processos de resposta a esses incidentes.
- l) Reconhecer e concordar em cumprir integralmente a Política de Segurança da Informação da CELEBRANTE durante a execução do contrato, reconhecendo que a política é confidencial, não podendo ser divulgada ou compartilhada com terceiros sem autorização por escrito.
- m) Garantir que seus funcionários e/ou subcontratados estejam cientes e sigam as diretrizes estabelecidas na Política de Segurança da Informação da CELEBRANTE.

#### **Parágrafo Primeiro**

A CELEBRADA, para fins de sigilo, obriga-se por seus administradores, empregados e contratados.

#### **Parágrafo Segundo**

A obrigação de sigilo mantém-se, mesmo após o termo da vigência do contrato, só cessando após autorização escrita da CELEBRANTE.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO DESCUMPRIMENTO**

I - O não cumprimento do compromisso de sigilo, estabelecido neste instrumento, sujeitará a CELEBRADA ao pagamento das perdas e danos sofridos pela CELEBRANTE, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, decorrentes da violação deste Termo.

II - O não exercício pelas partes de qualquer direito a ela assegurado neste Termo, ou a não aplicação de qualquer medida, penalidade ou sanção possível, não importará em renúncia ou novação, não devendo, portanto, ser interpretada como desistência de sua aplicação em caso de reincidência.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES**

I - O presente Termo obriga as partes e seus sucessores.

II - A Diretoria de Produtos Tecnológicos da Superintendência de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Fazenda – DPT/DSM/STI/SEF acompanhará e fiscalizará o cumprimento deste Termo.

III - Este Termo não poderá ser modificado, alterado ou rescindido, no todo ou em parte, exceto por documento escrito assinado entre as Partes.

### **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte - MG para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente surgidos em decorrência deste instrumento.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com o Contrato, o presente instrumento é assinado eletronicamente pelas partes.

**CELEBRANTE:** ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**CELEBRADA:**

**Testemunha 1:**

**Testemunha 2:**



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela de Abreu Messeder, Gestor(a) Fazendário(a)**, em 29/11/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 02/12/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **102552755** e o código CRC **C39700C6**.